

# Moçambique

## Análise do Envolvimento da Sociedade Civil na Política e Legislação da Saúde



Citação proposta

PNUD (2020). *Moçambique: Análise do Envolvimento da Sociedade Civil na Política e Legislação da Saúde*.

As opiniões expressadas nesta publicação são as do autor e não representam necessariamente as das Nações Unidas, incluindo o PNUD, ou os Estados-Membros da ONU.

O PNUD faz parceria com pessoas em todos os níveis da sociedade para ajudar a construir nações que possam resistir a crises e impulsionar e sustentar o tipo de crescimento que melhora a qualidade de vida de todos. No terreno em mais de 170 países e territórios, oferecemos uma perspectiva global e uma visão local para ajudar a empoderar vidas e construir nações resilientes.

Copyright © UNDP 2020

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Moçambique  
Kenneth Kaunda Av, N. 931, Maputo

Telefone: +258 21 481 400

E-mail: [registry.mz@undp.org](mailto:registry.mz@undp.org)

Website: <https://www.mz.undp.org/>

Desenho: Ian Mungall.

# Moçambique

## Análise do Envolvimento da Sociedade Civil na Política e Legislação da Saúde



UNIDOS  
REDE NACIONAL SOBRE  
DROGA & HIV



# Índice

Prefácio	6
Agradecimentos	8
Acrónimos	10
<b>Introdução e Contextualização</b>	<b>12</b>
<b>Como usar as Directrizes do Engajamento Cívico</b>	<b>18</b>
<b>1 Enquadramento Jurídico</b>	<b>20</b>
Constituição da República de Moçambique	21
Leis e Estatutos	21
Leis Costumeiras	22
Tratados Internacionais e Regionais	22
<b>2 Principais Instituições Nacionais e Processos Relevantes para a Lei e Reforma das Políticas</b>	<b>24</b>
Principais Instituições do Executivo	25
Principais Processos do Executivo	36
Principais Instituições do Legislativo	38
Principais Processos Relevantes para o Legislativo	41
Principais Instituições do Judiciário	43
Principais Processos do Judiciário	46
Instituições Chave do Administrativo	47
<b>3 Instituições e Processos Regionais</b>	<b>52</b>
Instituições regionais	53
Processos regionais	56
<b>4 Instituições e Processos Internacionais</b>	<b>60</b>
Instituições Internacionais	61
Processos Internacionais	62

<b>5</b>	<b>Outros atores influentes</b>	<b>66</b>
	Líderes governamentais aposentados	67
	Líderes da fé	67
	Mídia	67
	Líderes de ONGs	67
	Acadêmicos eminentes	67
	Sindicatos	68
	Líderes tradicionais	68
<b>6</b>	<b>Leis e Políticas Relevantes</b>	<b>70</b>
<b>7</b>	<b>Principais Recomendações para abordar as lacunas no ambiente jurídico e político</b>	<b>72</b>
<b>8</b>	<b>Potenciais Oportunidades</b>	<b>82</b>
	Igualdade de gênero	83
	Acesso aos serviços de saúde	83
	Acesso à justiça	84
	<b>Apenices</b>	<b>86</b>
	Apêndice A: Orientações para a apresentação de queixas à Comissão Africana	86
	Apêndice B: Cronograma de Eventos Importantes	87

# Prefácio

A República de Moçambique está classificada como tendo a quarta epidemia de HIV e tuberculose mais crítica ao nível mundial. A prevalência do HIV entre adultos entre 15 e 49 anos de idade é de 13,2%; sendo 15,4% em raparigas adolescentes e mulheres jovens e 10,1% nos homens e rapazes jovens. A prevalência da epidemia varia significativamente, geograficamente, por sexo e por idade, e a epidemia permanece misturada, com bolsas de concentração entre as principais populações (vulneráveis e populações-chave).

O Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV e SIDA IV 2015-2020 dá extrema importância às abordagens de HIV e direitos humanos, definidas em torno dos “sete principais programas para a redução do estigma e discriminação e o aumento ao acesso à justiça nas respostas nacionais ao HIV”. O plano reflecte o reconhecimento de que tais intervenções contribuem grandemente para fortalecer a resposta nacional, tal como o potencial de fornecer testagem, tratamento e cuidados. O PEN IV identifica as populações prioritárias como as que contribuem significativamente para a epidemia devido aos seus elevados índices de infecções novas ou que têm—devido à sua condição—um limitado acesso aos serviços disponíveis. São elas:

- *Populações-chave*: homens que têm relações sexuais com homens (HSH), trabalhadoras do sexo feminino, pessoas que injectam drogas e prisioneiros
- *Populações vulneráveis* por causa de factores económicos, sociais, culturais e políticos do meio em que vive. A vulnerabilidade associa-se à:
  - i. às altas taxas de incidência pelo HIV (meninas adolescentes e mulheres jovens dos 15-24 anos, trabalhadores móveis e migrantes, casais serodiscordantes) e
  - ii. às barreiras no acesso aos serviços (PVHIV, raparigas entre os 10-14 anos, crianças órfãs e vulneráveis (COVs), pessoas com deficiência)

O País possui um quadro institucional e jurídico nacional protege os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos indivíduos através da Constituição da República de Moçambique. O país possui uma lei específica de HIV e SIDA, aprovada em 2014: a Lei 19/2014 “de protecção da pessoa, do trabalhador e do candidato a emprego vivendo com HIV e SIDA”. O país dispõe igualmente de outra legislação geral sobre saúde sexual e reprodutiva, violência baseada no género e diversos crimes, que fortalece o ambiente jurídico de resposta ao HIV e SIDA. Adicionalmente, o País, possui uma directriz de assistência as populações chave no sector de saúde para a provisão de serviços.

Apesar destes progressos, a realização dos direitos humanos, continua sendo um desafio para estes grupos. Altos níveis de Estigma e Discriminação na sociedade, práticas discriminatórias que violam os direitos humanos e individuais destes grupos e os afastam dos serviços de saúde, adicionalmente, desafios para aceder aos serviços de justiça nos casos em que houve discriminação comprovada.

O Engajamento cívico apresenta-se assim como uma ferramenta orientadora para todos os atores trabalhando sobre os direitos de HIV e Saúde Sexual e Reprodutiva para planear e estrategicamente envolver e defender os grupos alvo engajando-se na reforma legal

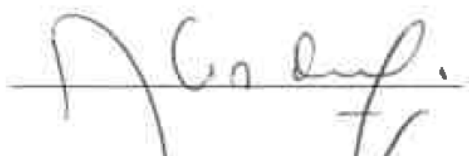
e na monitoria de sua implementação no País. O Facto das OSC's terem participado activamente como informantes chaves na Avaliação de Ambiente Legal para a legislação de HIV e SIDA fornecendo informações sobre as lacunas e os desafios na legislação existente, proporciona-lhes oportunidades para continuar a fortalecer parcerias com o governo e outros atores chave relevantes no país na formulação, adoção e aplicação de medidas adequadas associadas com a legislação.



Danilo Da Silva  
Director Executivo  
LAMBDA- AL



Rondinho Calavete Viliguela  
Director Executivo  
REJUSIDA



Manuel Condula  
Director Executivo  
UNIDOS

# Agradecimentos

As Organizações da sociedade civil agradecem e reconhecem os contributos do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJCR) através da Direcção Nacional de Direitos Humanos e Cidadania (DNDHC) e do Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS) por facilitar a sua participação de modo que pudessem dar as suas opiniões para a elaboração deste relatório.

## **Equipa Técnica Nacional sobre HIV e Direitos Humanos:**

Estamos gratos pelas contribuições e pelo apoio inestimável prestado pelos diferentes intervenientes da área de HIV e Direitos Humanos que contribuíram com o seu saber experiência nos diferentes Seminários de Consulta para que os mesmos fossem incorporados neste relatório de Avaliação do Ambiente Legal sobre Legislação de HIV e SIDA, especificamente:

- Ministério da Saúde: Dalmázia Cossa, Jéssica Seleme, Edna Paunde
- Conselho Nacional de Combate ao SIDA: Cecília Martine, Elisa Mazive, Jorge Cuinhane, Magaia, Paulo Raimundo.
- Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos: Elisa Samuel (CFJJ), Albachir Macassar, Tuarique Abdala, Nelda Cossa, Graça Nhate.
- Ministério do Interior: Bradudino Rugunate
- Gabinete Parlamentar de HIV e SIDA: Manuel Chifunga
- Instituição de Pesquisa Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Medicina: Vasco Muchanga
- Organizações da Sociedade Civil: Sabino Nhantumbo da Organização Saúde Sexual e Reprodutiva para Homens em África (AMSHER), Simeão Zava Hanhane da LAMBDA, Organizações de Trabalhadoras de Sexo (TIHANE WAVA SATI e UNGAGODOLI), Belarmino Langa da Rede de Usuários de Droga (UNIDOS), Lourenço Sumbana da ARISO, Rondinho Calavete e Madalena Langa da Rede de Jovens vivendo com HIV e SIDA a REJUSIDA, Lúcia Soares do Gabinete do Provedor de Justiça, Sandra Joaquim da Comissão Nacional de Direitos Humanos, Filomena Macandja da Associação de Mulheres Moçambicanas de Carreira Jurídica (AMMCJ).
- Agências das Nações Unidas: Salmina Merique do PNUD, Marta Bazima da ONUSIDA e Paulo Romão da OIT.

## **Consultores que implementaram a Avaliação do Ambiente Legal para Legislação de HIV e SIDA:**

Estamos gratos pela experiência técnica e serviços do Consultor Nacional Dr. Paulo Comoane e do seu assistente Arcanjo Nharucue, incluindo a dra Orquídea Massarongo



(que colaborou nesta atividade como Consultora Regional do PNUD) que conduziram as consultas e compilaram o relatório.

### **Contribuintes ou Informantes Externos que colaboraram no Fortalecimento de Evidências:**

A nossa sincera gratidão vai também para todos os participantes que contribuíram com informações nos diversos Seminários ou Workshops Nacionais de HIV e Lei aos níveis Regionais na Beira, Gaza e Nampula, Membros da Plataforma da Sociedade Civil para a Saúde (PLASOC-M); nos grupos focais, bem como, informantes chaves individuais que contribuíram e partilharam as suas experiências que alimentaram as conclusões e recomendações deste relatório.

A apreciação também vai para a Equipa de HIV, Saúde e Desenvolvimento do Escritório Regional do PNUD pela coordenação deste projeto, respectivamente Mesfin Getahun, Senelisiwe Ntshangase, Priti Patel e Amitraj Saha.

Por último, gostaríamos de agradecer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento pelo apoio financeiro alargado a este projeto centrado nas populações-chave jovens.

# Acrónimos

AAL	Avaliação do Ambiente Legal
AMMCJ	Associação das Mulheres de Carreira Jurídica
AMODEFA	Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família
ATIP	Atendimento Iniciado pelo Provedor
ATS	Aconselhamento e Testagem em Saúde
CEDAW	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher
CNCS	Conselho Nacional de Combate ao SIDA
CRC	Código de Registo Civil
CRM	Constituição da República de Moçambique
DTS	Doenças de Transmissão Sexual
ECOSIDA	Empresários contra o SIDA
EGFAE	Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado
ETV	Eliminação da Transmissão Vertical
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
HOPEM	Homens pela Mudança
HSB	Homens que fazem sexo com Homens
HST	Higiene e Segurança no Trabalho
IBBS	Integrated Biological and Behavioral Survey (Inquérito Integrado Biológico e Comportamental)
IMASIDA	Inquérito de Indicadores de Imunização, Malária e HIV e SIDA em Moçambique
INSIDA	Índice de SIDA
IPAJ	Instituto Nacional de Patrocínio e Assistência Jurídica
LDH	Liga Moçambicana dos Direitos Humanos
LEA	Legal Environment Assessment
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transvestis e Intersexo
MEGAS	Medição de Gastos em SIDA
MISAU	Ministério da Saúde
MONASO	Rede Moçambicana de Organizações contra a SIDA
MTS	Mulheres Trabalhadoras de Sexo
MULEIDE	Mulher, Lei e Desenvolvimento
NASA	Despesas Nacionais em SIDA
OAM	Ordem dos Advogados de Moçambique
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONUSIDA	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV e SIDA

OSC	Organizações da Sociedade Civil
PCADMA	Protocolo à Carta Africana relativa aos Direitos da Mulher em África
PEN	Plano Estratégico Nacional de Combate ao SIDA
PEPFAR	Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos da América para o Alívio do SIDA
PID	Pessoas que Injectam Drogas
PNC DTS/HIV-SIDA	Plano Nacional de Combate a Doenças de Transmissão Sexual e HIV e SIDA
PVHS	Pessoas Vivendo com HIV e SIDA
SADC	Southern Africa Development Countries
SENASA	Serviço Nacional de Sangue
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirido
SNS	Serviço Nacional de Saúde
TARV	Tratamento Antiretroviral
TB	Tuberculose
UEM	Universidade Eduardo Mondlane

# Introdução e contextualização

A República de Moçambique situa-se na Região Sub-sahariana de África e faz fronteira a Sul com a República da África do Sul e o Reino de Eswatini; ao centro com o Malawi, o Zimbabwe e a Zâmbia, e a Norte com a República Unida da Tanzânia. De acordo com o Censo Populacional de 2017, o País possui uma população estimada em cerca de 27.9 milhões de habitantes, dos quais 48% são homens e 52% são mulheres; a maior parte da qual é considerada jovem (53% estão abaixo dos 17 anos e dos 15-40 anos 38.5% sob a idade de 15 anos). O país possui uma taxa de analfabetismo de 39.0%, dos quais 27.2% nos homens e 49.4% nas mulheres e a esperança de vida ao nascer é de 53,7 anos<sup>1</sup>.

A base da economia é a agricultura, considerada de subsistência da qual depende a maioria da população rural. Outras fontes de renda relevantes do país são provenientes da Pesca, do turismo, e nos últimos tempos a exploração de portos estratégicos que constituem corredores de transporte e desenvolvimento, servindo os países vizinhos sem acesso ao mar e a mineração.

A situação do desenvolvimento humano continua crítica pois quase 10 milhões de moçambicanos vivem em situação de pobreza, com problemas de insegurança alimentar, baixos rendimentos e desemprego. Os indicadores de desenvolvimento humano, nomeadamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado ao Género (IDG) tem-se registado não muito favoráveis e de acordo com a Estratégia Nacional de desenvolvimento (2015-2035) citando o Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano em Moçambique e o INE Moçambique classificam o país na posição 185 de 189 países classificados e o país continua a ser um dos mais pobres do mundo.

## Situação Epidemiológica do País

A República de Moçambique situa-se entre os dez países com elevados índices de HIV e TB<sup>2</sup>, e está classificada globalmente como a quarta epidemia de HIV e SIDA mais crítica ao nível global. A doença afecta negativamente a força laboral de todos os sectores da economia (formal e informal), tem um impacto negativo nos agregados familiares mais pobres, e na qualidade de vida dos cidadãos sobretudo das pessoas vivendo com o HIV e SIDA.

De acordo com o Inquérito Nacional de Indicadores de Imunização, Malária e HIV e SIDA em Moçambique (IMASIDA 2015), a prevalência do HIV entre adultos com idades entre 15-49 é de 13,2%; com impactos negativos para raparigas adolescentes e mulheres jovens (15,4%) se comparadas aos homens e rapazes jovens da mesma idade (10,1%). A prevalência varia significativamente por sexo, idade e localização geográfica, e a epidemia permanece misturada, na população geral e com bolsas de concentração entre as principais populações chave e vulneráveis.

---

1 INE 2017

2 OMS, 2016 in Global Fund PRODOC 2017

**Tabela 1: Situação epidemiológica de HIV e SIDA nas populações chave em Moçambique**

Prevalência do HIV e SIDA no país	Homens que têm relações sexuais com Homens (HSH)	Mulheres trabalhadoras de sexo (TS)	Pessoas que injectam drogas (PID ou IDU)	População Reclusa
13.2%	8.1% Maputo 9.1% Beira 3.7% Nampula	31,2% <sup>3</sup> Maputo 23,6% Beira e 17,8% Nampula	50.3% Maputo 36,8% Nampula	24%

Fonte: INS

De acordo com o Plano Estratégico Nacional de Resposta ao HIV e SIDA 2015-2019 (PEN IV)<sup>4</sup>, os grupos mais vulneráveis a infecção pelo HIV são: as populações chave, população móvel, a população prisional (24%), e raparigas de 10 e 24 anos.

**A. Populações-chave:** de acordo com a OMS, as populações chave no contexto do HIV incluem homens que têm relações sexuais com homens (HSH), trabalhadoras do sexo feminino (TS), pessoas que injectam drogas (PID) e prisioneiros.<sup>5</sup>

- Homens que têm relações sexuais com Homens (HSH): 30.2 %<sup>6</sup> das novas infecções estão entre os homens que têm relações sexuais com homens (HSH).
- Mulheres trabalhadoras de sexo (TS): 31,2%<sup>7</sup> em Maputo, 23,6% na Beira e 17,8% em Nampula (INS et al., 2013).
- Pessoas que injectam drogas (PID ou IDU): a prevalência neste grupo situa-se entre os 50.3% em Maputo e 36,8% em Nampula (INS et al., 2013).
- População Reclusa: a prevalência neste grupo situa-se entre os 24%<sup>8</sup>. Entre os guardas prisionais 18%, enquanto a prevalência de TB é mais do que oito vezes maior que a da população em geral.

**B. Populações vulneráveis:** O PEN IV 2015-2019 em alinhamento com as directrizes da OMS define como população vulnerável a infecção pelo HIV aquela tornada vulnerável devido a factores económicos, sociais, culturais, e políticos do meio em que vive. As populações vulneráveis incluem meninas adolescentes e mulheres jovens 10-24, casais sero-discordantes, mineiros e seus parceiros, outras populações móveis, como camionistas, populações migrantes e PVHIV.

<sup>3</sup> Estudo de modos de transmissão realizado em 2013

<sup>4</sup> Extendido para o período 2015-2020

<sup>5</sup> Directriz para integração dos serviços de prevenção, cuidados e tratamento do HIV e SIDA para a população chave no sector Saúde.

<sup>6</sup> Estudo de modos de transmissão realizado em 2013

<sup>7</sup> Estudo de modos de transmissão realizado em 2013

<sup>8</sup> Relatório da Avaliação da Situação de HIV, ITS e TB e Necessidades de Saúde nos Ambientes Penitenciários em Moçambique (2013), Ministério da Justiça, INS, UNODC

Assim, no contexto moçambicano dois tipos de vulnerabilidade foram identificados:

- i. Aqueles cuja vulnerabilidade está associada as altas taxas de incidência pelo HIV
- ii. Aqueles cuja vulnerabilidade está ligada as barreiras no acesso aos serviços

### **Aquelas cuja vulnerabilidade está associada as altas taxas de incidência pelo HIV**

- Meninas adolescentes e mulheres jovens dos 15-24 anos
- Trabalhadores móveis e migrantes, esta categoria inclui trabalhadores mineiros (22.3%), camionistas de longo curso (com 21.9%), e agricultores, outros trabalhadores sazonais em plantações na África do Sul (41.5%).
- Casais serodiscordantes

### **Aqueles cuja vulnerabilidade está ligada as barreiras no acesso aos serviços**

- PVHIV, a população total vivendo com HIV é estimada em 1.849.687, dos quais 201.132 são crianças. As mulheres compreendem 982.839 (59,6%) de 1.648.556 adultos de PVHIV e os homens 665.717 (40,4%). 60% de PVHIV são meninas e mulheres.
- Raparigas entre os 10-14 anos<sup>9</sup> representaram 28,631, ou 34,5% de todas as novas infecções em 2016
- Crianças Órfãs e Vulneráveis (COV's)
- Pessoas com Deficiência

### **Estigma e Discriminação**

A implementação do Índice de Estigma de Pessoas Vivendo com HIV/SIDA em Moçambique em 2013<sup>10</sup>, permitiu concluir a partir dos resultados da pesquisa apresentados que o estigma e a discriminação associados ao HIV são altos em Moçambique e constituem um desafio actual a resposta nacional de HIV e SIDA.

O estigma está presente através de duas formas: auto-estigma e estigma e discriminação promovida pelos outros contra as PVHIV.

- **A Auto-estigmatização**, o Índice de Estigma identificou as seguintes formas de auto-estigmatização nos inquiridos: sentimentos negativos em relação a si próprios por

9 Dada essa alta incidência e prevalência, baixa idade de estréia sexual de meninas, correlação direta entre mau desempenho económico e aumento do sexo transaccional, e a sobreposição modal na faixa etária entre mulheres 10-24 e trabalhadoras do sexo feminino na África, seria prudente considerar adolescentes raparigas e moças 10-24 a principal população prioritária em Moçambique.

10 A implementação do estudo em Moçambique esteve a cargo da Rede Nacional de Associações de Pessoas que Vivem com HIV e SIDA (RENSIDA), com o apoio técnico do grupo CESO CI e supervisão directa do Comité Director, constituído para o efeito e representado por membros da ONUSIDA em Moçambique e da Universidade Eduardo Mondlane.

serem portadores de HIV, baixa auto-estima, sentimento de vergonha, de culpa, e vontade de cometer o suicídio. Como resultado, os inquiridos inibiram-se de participar em encontros sociais, isolaram-se inclusive da família e amigos, decidiram parar de trabalhar ou de procurar trabalho, não casar ou ter relações sexuais e ainda de buscar serviços de saúde.

- **Estigma e Discriminação contra PVHIV**, o Índice de Estigma identificou diversas formas e facetas de estigma e discriminação contra PVHIV.

*As PVHIV entrevistadas relataram terem passado por restrições no uso e no acesso aos serviços, nomeadamente, no acesso ao trabalho, alojamento ou algum serviço social. Perda de emprego ou fonte de rendimento (sobretudo devido à deterioração do seu estado de saúde); forçados a mudar de local de residência, impedidos de arrendar um local para acomodação; eles próprios ou os filhos, despedidos, expulsos ou suspensos, de uma instituição de ensino devido à sua condição de PVHS; negados os serviços de planeamento familiar e serviços de saúde sexual e reprodutiva, por causa da sua situação de HIV. Aconselhados por um profissional da saúde a não ter (mais) filhos por causa da sua condição de PVHS, (sobretudo mulheres) coagidos por um profissional de saúde a serem esterilizados depois do diagnóstico e as mulheres inquiridas alegaram ter sido coagidas a interromper uma gravidez.*

Adicionalmente, outras formas de coação com impactos ao *nível psicológico*, nomeadamente pressão psicológica ou manipulação pelo cônjuge, ameaças verbais, insultos, ou exclusão de actividades em família, de actividades sociais ou mesmo ataques físicos.

Em relação a População Chave jovem, o país não implementou nenhum Estudo de Estigma associado as populações chave. Todavia, algumas das constatações aplicadas podem ser extrapoladas para os grupos com comportamentos de risco, como as MTS, os HSH, os PID, os migrantes entre outros LGBTI, devido as questões de ordem moral, social, cultural e religiosa, que são a partida as que definem a maneira como são encarados estes grupos alvo “os homens que fazem sexo com outros homens, trabalhadoras de sexo, usurários de droga e reclusos” fazem antever situações de estigma e discriminação.

O estudo de base sobre as populações chave de jovens implementado em 2018 em Moçambique<sup>11</sup>, ajuda a solidificar esta teoria de existência de níveis estigma e discriminação contra as populações chave jovens. O próprio ambiente para trabalhar com os jovens LGBTI, mesmo em espaços autorizados como SAAJ ainda é bastante limitado, e não se encontra (ainda) suficientemente equipado para dar resposta às necessidades e preocupações deste grupo. Questões de ordem moral, como por exemplo “o risco de reputação” entre outros contribuem para a lacuna na atenção dedicada à população jovem de LGBTI, PID e reclusos.

## Legislação

Quanto ao quadro jurídico, Moçambique é signatário dos principais tratados de direitos humanos na área da saúde e muitos deles domesticados em legislação nacional. O país dispõe de um quadro institucional e jurídico que protege os direitos e liberdades fundamentais das pessoas vivendo com o HIV e SIDA, bem como das LGBTI, garantidos através da Constituição da República de Moçambique.

---

11 Relatório do estudo de base sobre as populações-chave de jovens e a sua saúde e direitos sexuais e reprodutivos. 2018. Implementado pela HEARD. UEM-Faculdade de Medicina. Universidade do Kwazulu-Natal



Outros instrumentos legais conexos de direitos humanos e ainda possui Legislação específica de resposta ao HIV e SIDA, a Lei n.º 19/2014, de 27 de Agosto – Lei de Protecção da Pessoa, Candidato e Trabalhador Vivendo com HIV e SIDA.

## **Provisão de serviços de saúde e de justiça**

*Saúde:* A saúde deu passos significativos na assistência as populações chave, com o desenvolvimento de uma Directriz de assistência as populações chave elaborada pelo MISAU, e com base na formação dos profissionais da área. A directriz constitui um reconhecimento claro de que certos grupos enfrentam situações e circunstâncias nas Unidades Sanitárias em que o estigma e a discriminação estão presentes e os afastam dos serviços de saúde, assim como contribuem para reduzir o acesso e a retenção destes aos serviços de prevenção, cuidados e tratamento.

*Justiça:* A implementação do Índice de Estigma revelou a existência do desconhecimento, por parte dos beneficiários e dos provedores de serviços, da legislação que as protege, das instituições, bem como, dos mecanismos de reparação legal. Isto sem dúvida alguma impossibilitava de procurar reparação legal e contribui para perpetuar níveis altos de estigma.

## **Relacionamento entre as Organizações da Sociedade Civil e as Instituições governamentais**

Em Moçambique, o papel das Organizações Não Governamentais é antes de mais reconhecido pela Constituição da República. O artigo 78 da Constituição aborda o papel relevante da sociedade civil, afirmando que “(1) as organizações sociais, como associações com os seus próprios interesses e afinidades, desempenham um papel importante na promoção da democracia e na participação dos cidadãos em assuntos públicos. (2) As organizações sociais contribuem para a consecução dos direitos e liberdades dos cidadãos, bem como para a sensibilização individual e colectiva no cumprimento dos deveres cívicos.” Adicionalmente, o Parlamento promulgou a Lei n.º 8/91, de 18 de Julho – Lei das Associações, que prevê a legalização das associações nacionais e organizações não-governamentais internacionais (ONGs).

Para o exercício das suas actividades, as organizações nacionais são reconhecidas pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, e as ONGs internacionais têm de se inscrever no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e provar que são legalmente reconhecidas no seu país de origem antes do reconhecimento. Uma vez reconhecidas, as organizações da sociedade civil (OSC) operam livremente e podem estabelecer plataformas de cooperação com instituições públicas no âmbito da sua operação.

No sector da saúde a parceria para a prestação de cuidados de saúde é feita ao abrigo do Regulamento que define os Mecanismos de Parceria entre o Serviço Nacional de Saúde e o Sector Privado de Fins Não Lucrativos, aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 40/2003, de 2 de Abril. No caso específico do tratamento anti-retroviral, as clínicas privadas estão autorizadas a exercer o exercício da medicina privada oferecendo tratamento às pessoas vivendo com HIV e SIDA<sup>12</sup>, ao abrigo da Lei n.º 26/91, de 31 de Dezembro. Adicionalmente na área do HIV e SIDA, as OSC's que actuam no campo da assistência

12 MONASO. Análise da Situação do HIV e SIDA & Acesso ao TARV em Moçambique. Relatório para a 1.ª Conferência da Sociedade Civil sobre o HIV e SIDA em Moçambique, Abril de 2008, pg 34.



social são complementarmente governadas pelo Decreto n. ° 46/2014, regulamento sobre a implementação da segurança social básica por ONGs nacionais e internacionais.

# Como Usar a Directriz do Engajamento Cívico

O propósito deste documento de Engajamento Cívico é providenciar uma ferramenta para as OSCs que trabalham com HIV e direitos de saúde sexual e reprodutiva (SSR) das populações chave jovens se envolverem em planificação, engajamento estratégico, advocacia e reformas da legislação onde foram identificadas lacunas e desafios. Ao mesmo tempo oferece oportunidades para o fortalecimento de parcerias mutuamente benéficas com o governo e outros actores chave relevantes existentes no país na formulação, adopção e implementação de acções apropriadas.

Este documento destina-se a auxiliar o plano de advocacia destas OSCs no seu envolvimento em reforma legal. Proporciona uma base legal e de informações sobre as várias instituições relevantes envolvidas na Revisão legal e de políticas, processos específicos e oportunidades. Este é um documento flexível na sua implementação, por um lado apresenta um cronograma / calendário de eventos que deve ser actualizado regularmente com novas informações sobre como abordar as oportunidades de advocacia. Por outro lado, o documento descreve as principais instituições, bem como os principais processos de reforma jurídica e política. Portanto, deve ser revisto e actualizado em cada quatro anos, ou sempre que necessário, para tomar em conta o possível realinhamento das funções e mandatos dos ministérios, departamentos governamentais e restantes instituições relevantes.

O documento está organizado da seguinte forma:

## **Secção 1: Introdução e Contextualização**

Providencia um histórico sobre as estatísticas de Moçambique sobre o HIV e fatos relevantes sobre direitos humanos, estigma e discriminação, HIV e a Lei.

## **Secção 2: Como analisar o envolvimento da Sociedade Civil**

Descreve como a directriz de engajamento está organizada

## **Secção 3: Enquadramento jurídico**

Fornece uma base sobre o enquadramento jurídico em Moçambique, incluindo a Legislação Moçambicana e os tratados internacionais e regionais de direitos humanos aplicáveis em Moçambique.

## **Secção 4: Instituições relevantes para o direito e Revisão Legal**

Apresenta as instituições e processos domésticos relevantes para mudar leis e políticas. Oferece detalhes de contacto e formas pelas quais as OSCs podem-se envolver com instituições nacionais e internacionais relevantes.

## **Secção 5: Processos Regionais e Instituições**

Apresenta as várias instituições regionais e processos que podem mudar leis e políticas.

## **Secção 6: Processos Internacionais e Instituições**

Apresenta as várias instituições e processos internacionais que podem mudar leis e políticas.

## **Secção 7: Outros Atores Influentes**

Identifica outros atores influentes domésticos, como a Primeira Dama, a média e as próprias OSCs.

## **Secção 8: Leis e Políticas Relevantes**

Uma lista de leis e políticas relacionadas ao HIV e SIDA.

## **Secção 9: Principais Desafios Legais e Oportunidades Potenciais**

Descreve sucintamente as principais questões do país em torno do HIV e SIDA. Lista as oportunidades potenciais de advocacia para abordar algumas das principais recomendações identificadas na secção 8. Ela descreve várias estratégias de advocacia para abordar as lacunas no quadro legal e de políticas.

## **Secção 10: Cronograma**

Fornece um cronograma listando datas-chave para possíveis oportunidades de advocacia. O cronograma precisa ser atualizado regularmente à medida que mais informações sobre as principais datas estiverem disponíveis.



1

## Enquadramento jurídico

O quadro legal de Moçambique consiste no seguinte:

1. A Constituição da República
2. As leis e estatutos promulgados pelo Parlamento
3. Direito regional e internacional<sup>13</sup>
4. O Direito Consuetudinário, que é coerente com a constituição<sup>14</sup>

### Oportunidades de advocacia: reclamações aos organismos internacionais

Podem ser feitas queixas individuais aos seguintes organismos internacionais:

1. Comissão para a eliminação da discriminação das mulheres por violações da CEDAW
2. Comissão dos direitos das pessoas com deficiência por violações da CDPD.
3. Comissão contra a tortura por violações do CAT.
4. Comité dos Direitos Humanos.



## Constituição da República (CRM)

A Constituição foi aprovada a 21 de Dezembro de 2004 e alterada em 2007 e, recentemente, em 2018 pela Lei N.º 1/2018, de 12 de Junho<sup>15</sup>. A Constituição é a lei suprema do país, e garante um certo número de direitos fundamentais, incluindo o direito de estar livre de discriminação; liberdade e segurança da pessoa, entre outros<sup>16</sup>.

## Leis e Estatutos

Grande parte das leis pertinentes em Moçambique são códigos escritos. Em matéria civil, a legislação pertinente inclui Código Civil<sup>17</sup>, o Direito de Família (n.º 10/2004); a Lei do Trabalho (n.º 23/2007); em matéria penal, a principal legislação compreende o código penal e a lei sobre a violência doméstica praticada contra as mulheres (n.º 29/2009). O HIV e SIDA possui também uma lei específica a Lei n.º 19/2014, de 27 de Agosto – Lei de Protecção da Pessoa, Candidato e Trabalhador Vivendo com HIV e SIDA.

<sup>13</sup> Artigo 18.º, n.º 2, da Constituição [https://www.constituteproject.org/Constitution/Mozambique\\_2007?lang=en](https://www.constituteproject.org/Constitution/Mozambique_2007?lang=en)

<sup>14</sup> Arte. 4 constituição da República de Moçambique (CRM).

<sup>15</sup> Esta alteração foi essencialmente sobre a descentralização da organização e do processo.

<sup>16</sup> Artigo 2 (4) Constituição

<sup>17</sup> O código civil compreende regras de direito privado internacional, direito contratual e civil, direito imobiliário e direito sucessório.

## Direito Consuetudinário

O direito consuetudinário muitas vezes não é escrito ou codificado, embora alguma lei tradicional faça parte dos estatutos. Os tribunais locais estão amplamente em vigor para administrar o direito consuetudinário, especialmente os casos relacionados ao casamento, propriedade e herança.

## Direito Regional e Internacional<sup>18</sup>

Moçambique assinou e têm assinado Tratados globais de direitos humanos relevantes para a área de HIV e para a proteção dos grupos vulneráveis. Assinar um tratado obriga o país a aderir ao objeto do Tratado.

Tratados	Data da ratificação / adesão
Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial	18 de Abril de 1983
Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos	21 de Julho de 1993
Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres	21 de Abril de 1997
Convenção contra a tortura e outro tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante	14 de Setembro de 1999
Convenção sobre os direitos da criança	26 de Abril de 1994
Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência	30 de Janeiro de 2012
Protocolo facultativo da Convenção contra a tortura e outro tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante	1 de Julho de 2014
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os direitos da criança sobre o envolvimento das crianças em conflito armado	19 de Outubro de 2004
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os direitos da criança sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil	6 de Março de 2003
Convenção Internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros de suas famílias	19 de Agosto de 2013
Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os direitos civis e políticos	21 de Julho de 1993
Carta Africana dos direitos humanos e dos povos	22 de Fevereiro de 1989
Carta Africana dos direitos e do bem-estar da criança	15 de Julho de 1998

18 Artigo 18.º, n.º 2, da Constituição [https://www.constituteproject.org/Constitution/Mozambique\\_2007?lang=en](https://www.constituteproject.org/Constitution/Mozambique_2007?lang=en)

Protocolo à Carta Africana dos direitos humanos e dos povos sobre os direitos das mulheres em África	9 de Dezembro de 2005
Protocolo Facultativo à Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres	4 de Novembro de 2008
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência	30 de Janeiro de 2012

<b>Tratados</b>	<b>Data da ratificação / adesão</b>
Convenção Internacional para a protecção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado	24 Dec 2008

Há uma série de tratados internacionais e regionais que Moçambique ainda tem de ratificar.

<b>Tratados</b>	<b>Data da ratificação / adesão</b>
Pacto Internacional sobre direitos económicos, sociais e culturais	Não ratificado
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os direitos económicos, sociais e culturais	Não ratificado
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os direitos da criança	Não ratificado
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os direitos civis e políticos	Não ratificado

No nível sub-regional, Moçambique é membro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O Artigo 4(c) do Tratado da SADC estipula que “os direitos humanos, a democracia e o estado de direito” são princípios orientadores dos actos dos seus membros. Além disso, de acordo com o Artigo 5.1 (i) do Tratado da SADC, um dos objectivos da SADC é combater o HIV e SIDA ou outras doenças mortais e transmissíveis.

Moçambique também aderiu as seguintes iniciativas globais e da SADC relevantes na área de HIV e SIDA :

- Iniciativa Fast track Cities- para o engajamento dos Municípios no combate ao HIV e SIDA nas Cidades e nas populações chaves que se encontram nas cidades em 2015
- Declaração Política de Alto Nível sobre o HIV e SIDA em 2016
- Estratégia global para a aceleração da prevenção em 2017
- Estratégia Regional de 2018 para a prevenção, tratamento e cuidados do HIV e os direitos de SSR entre as populações-chave.
- Campanha Free To Shine da Organização das Primeiras-Damas Africanas Contra o HIV e SIDA (OAFLA) e da União Africana (UA).



2

## Principais instituições e processos nacionais relevantes para a reforma legal



A Constituição de Moçambique define os poderes, as estruturas e os deveres do legislativo, dos ramos executivo e judiciário do governo. O país tem um sistema presidencial, onde todos os poderes do governo são investidos no Presidente da República. As principais instituições abrangidas são as seguintes:

- O Gabinete de S.Excia o Presidente da República
- O Conselho de Estado
- O Gabinete do Primeiro Ministro
- O Conselho de Ministros
- O Gabinete do Procurador Geral da República
- A Assembleia da República
- O Comité Permanente
- Tribunais de Justiça
- O Conselho Constitucional
- Tribunais comunitários
- O Gabinete do provedor de Justiça
- A Comissão Nacional de Direitos Humanos

Os principais processos abordados são:

- Reforma da lei/revisão e promulgação de nova legislação
- Promulgação de Decreto Leis
- Elaboração e promulgação de políticas relacionadas ao HIV
- Reforma constitucional
- Litigação
- Queixa ao Gabinete do Provedor de Justiça
- Queixa à Comissão Nacional de direitos humanos

## Principais instituições do Executivo

Os poderes e obrigações do executivo estão delineados no título VI e VIII da Constituição. O executivo é composto pelo Presidente da República, o Primeiro-Ministro, o Conselho de Ministros incluindo os vice-ministros que não são membros do governo, mas que podem ser convidados a participar nas reuniões do Conselho de Ministros<sup>19</sup>.

As principais instituições abrangidas nesta secção são as seguintes:

- O Gabinete do Presidente da República

---

19 Arte. 201 (2) CRM

- O Conselho de Estado
- O Primeiro Ministro
- O Conselho de Ministros
- O Gabinete do Procurador Geral

## **O Gabinete e Sua Excelência o Presidente da República**

O Presidente da República tem poderes significativos. As funções pertinentes são as seguintes:

- Promulgar leis;
- Convocar referendos sobre questões de grande interesse nacional;
- Convocar uma eleição geral;
- Dissolver a Assembleia da República;
- Nomear o Presidente do Tribunal Supremo, o Presidente do Conselho Constitucional, o Presidente do Tribunal Administrativo e o vice-presidente do Supremo Tribunal;
- Nomear, exonerar e demitir o primeiro-ministro, ministros e vice-ministros, governadores provinciais, secretários de estado, o governador e vice-governador do banco de Moçambique, chefe e vice-chefe do estado-maior geral, o comandante geral e Vice-comandante geral da polícia, os comandantes de casa das forças armadas de Moçambique, procurador-geral da República e procurador-geral adjunto da República;
- Conceder perdões e comutar sentenças;
- Convocar e presidir às sessões do Conselho de Ministros;
- Criar ministérios e comissões ministeriais; e
- Celebrar tratados internacionais<sup>20</sup>.



### **Como contactar:**

Endereço: Avenida Julius Nyerere

Tel: 21491928/21491121/21491122/21492001/21492803/21490236

Site: [www.presidencia.gov.mz/](http://www.presidencia.gov.mz/). O site tem um link (<http://www.presidencia.gov.mz/contactos>) para a interação com o Presidente da República. O link é chamado fale com o Presidente.

<sup>20</sup> Artigo 159-163 CRM.

## Como as OSC podem engajar-se em advocacia com o Gabinete de S. Excia o Presidente da República



As OSC podem abordar o Gabinete do Presidente para debater questões relacionadas com o HIV e SIDA e a reforma legal, especialmente quando o projecto de legislação está a ser submetido à assembleia. As OSC podem abordar o gabinete do Presidente através da solicitação de audiências privadas com o Presidente, intervir nas manifestações públicas do Presidente e enviar comunicações via e-Mail.

## O Conselho de Estado

O Conselho de Estado é um corpo político que aconselha o Presidente da República. O conselho de Estado compreende os seguintes membros:

- O Presidente da Assembleia da República (Parlamento)
- O Primeiro-ministro
- O Presidente do Conselho Constitucional
- O Provedor de Justiça
- Os Presidentes da República cessantes
- Os Presidentes da Assembleia da República cessantes
- Sete pessoas de mérito reconhecido eleitas pela Assembleia da República, pelo peso da legislação, na base da representação parlamentar
- Quatro pessoas de mérito reconhecido apontadas pelo Presidente da República, para trabalhar no seu escritório, e
- O Presidente da Comissão Nacional de Eleições<sup>21</sup>

### Como contactar:

Endereço: Avenida Julius Nyerere

Tel: 21491928/21491121/21491122/21492001/21492803/21490236

Site: [www.presidencia.gov.mz/](http://www.presidencia.gov.mz/). O site tem um link (<http://www.presidencia.gov.mz/contactos>)



## Como as OSC podem engajar-se em advocacia com o Conselho de Estado

As OSC podem abordar os membros do Conselho de Estado individualmente ou através das instituições, organizações ou partidos políticos de onde eles são provenientes.



<sup>21</sup> Art 164 (2) CRM

## O Primeiro-Ministro

O Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente e presta assistência e aconselhamento ao Presidente. As funções relevantes do primeiro-ministro são as seguintes<sup>22</sup>:

Ajudar o Presidente da República na elaboração do programa governamental;

- Aconselhar o Presidente da República sobre a criação de ministérios e comissões ministeriais, e sobre a nomeação de membros do governo e outros chefes governamentais;
- Elaborar o plano de trabalho do governo e apresentá-lo ao Presidente da República;
- Ajudar o Presidente da República na elaboração do programa governamental;
- Aconselhar o Presidente da República sobre a criação de ministérios e comissões ministeriais, e sobre a nomeação de membros do governo e outros chefes governamentais;
- Elaborar o plano de trabalho do governo e apresentá-lo ao Presidente da República;
- Garantir que os membros do governo implementem decisões tomadas pelas secretarias estaduais;
- Presidir às reuniões do Conselho de Ministros que tratam da implementação de políticas definidas e de outras decisões; e
- Coordenar e controlar as actividades dos ministérios e outras instituições governamentais.



### Como contactar:

Endereço: Praça da Marinha Popular, Maputo  
Telefone (+258) 21 42 6861 / 5  
Fax: + 258 21 426881



### Como as OSC podem se engajar com o Gabinete do Primeiro-Ministro

- As OSC podem se engajar com o primeiro-ministro por meio de audiências, papéis de posição, petições e estudos independentes que podem ser submetidos ao governo.
- As OSC também podem engajar-se com o primeiro-ministro através do gabinete de informação.
- As OSC podem também interagir com os membros do Conselho de Ministros.

<sup>22</sup> Artigo 205 CRM.

## **O Conselho de Ministros**

O Conselho de Ministros é constituído pelo Presidente da República, pelo Primeiro-Ministro e pelos Ministros. A gestão diária do Conselho de Ministros é feita pelo primeiro-ministro por delegação de poderes<sup>23</sup>.

Os poderes pertinentes do Conselho de Ministros são os seguintes<sup>24</sup>:

- Garantir o gozo pelos cidadãos dos seus direitos e liberdades;
- Ordem pública segura e disciplina social;
- Projecto de lei a ser submetido à Assembleia da República;
- Aprovar o decreto-lei a autoridade legislativa da Assembleia da República;
- Preparar a assinatura de tratados internacionais e assinar, ratificar, aderir e rescindir acordos internacionais, em assuntos que estejam dentro de sua jurisdição governamental;
- A política laboral e de segurança social directas, os sectores do estado, nomeadamente a educação e a saúde; e promover a política habitacional; e
- Avaliar as experiências dos escritórios executivos locais e regular sua organização e funcionamento, e supervisionar os escritórios das autoridades locais dentro dos termos da lei.

Os Ministérios, Instituições e Comissões relevantes para a elaboração e revisão da legislação relacionada com o HIV e SIDA são os seguintes:

1. Ministério da Saúde (incluindo o Conselho Nacional de Combate ao SIDA)
2. Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
3. Ministério da Juventude e Desportos
4. Ministério do Género, Criança e Acção Social
5. Ministério da Educação e do Desenvolvimento Humano
6. Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

As funções relevantes, informações de contacto e como as OSC podem se envolver com cada Ministério são descritas abaixo.

## **Ministério da Saúde (MISAU)**

As funções pertinentes do Ministério da Saúde são as seguintes<sup>25</sup>:

- Promover e melhorar a resolução de problemas de saúde, concebendo e desenvolvendo programas de promoção e protecção da saúde, bem como prevenção e luta contra as doenças;
- Prestar cuidados de saúde à população e Serviços do setor público de saúde;

---

23 Artigo 202 (2) CRM

24 Arte. 204 CRM.

25 De acordo com o decreto presidencial n. ° 11/95, de 29 de dezembro

- Promover e apoiar o sector privado sem fins lucrativos;
- Promover e apoiar um sistema comunitário de cuidados de saúde;
- Desenvolver política farmacêutica e guiar a sua implementação de acordo com as diretrizes governamentais;
- Promover e guiar a sensibilização e capacitação dos profissionais do sector de saúde;
- Promoção do desenvolvimento de tecnologias apropriadas para o sistema de saúde;
- Promoção da pesquisa.



#### **Como contactar:**

Endereço: Av. Eduardo Mondlane 1008, Maputo  
 P.O. Box: C.P. 264, Maputo  
 Telefone: 258-1-427131/2/4  
 Website: [www.misau.gov.mz](http://www.misau.gov.mz)

### **Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS)**

O CNCS foi criado no ano 2000 pelo Decreto 10/2000, de 23 de Maio, que criou igualmente o respectivo Secretariado Executivo como órgão executivo para a coordenação da resposta nacional ao HIV e SIDA.

A nível nacional, o quadro institucional do CNCS contempla um Conselho Directivo e o Secretariado Executivo. O Conselho Directivo do CNCS é composto por sete ministros (Saúde, Educação, Mulher e Acção Social, Juventude e Desportos, Negócios Estrangeiros e Cooperação, Finanças e Plano e Desenvolvimento), cinco organizações da sociedade civil (OMM, MONASO, AMODEFA, KINDLIMUKA e ADPP) e três individualidades – Padre Filipe Couto (UEM), Eduardo Constantino (Sindicato Nacional de Jornalistas) e um representante do Parlamento Moçambicano. O Secretariado Executivo do CNCS responde directamente ao Conselho Directivo, que é presidido pelo primeiro-ministro, tendo como vice-presidente o ministro da Saúde.

O CNCS representa a liderança e apoio político para a estratégia nacional de combate ao HIV e SIDA e desempenha um papel fundamental no processo de elaboração de políticas, supervisão, avaliação e direcção na administração e implementação de programas multi-sectoriais. Ao Secretariado Executivo foi concedido o mandato de dirigir, incentivar, coordenar e monitorizar todas as actividades de apoio à estratégia nacional. O CNCS dirige esforços governamentais de resposta à epidemia do HIV/SIDA no país.

O Secretariado Executivo do CNCS tem a seguinte composição: Secretario Executivo e Secretária Executiva Adjunta. O Secretariado Executivo é composto pelas seguintes unidades: Unidade de Planificação, Monitoria e Avaliação, Unidade de Administração, Unidade de Gestão Financeira e Unidade de Comunicação.

### Como contactar:

Endereço: Av. 25 de Setembro, 1008, 8ª e 9ª Andar. Maputo

Telefone: 25 849 5604

Website:



## Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJCR)

As funções pertinentes do Ministério da Justiça, dos Assuntos Constitucionais e Religiosos são as seguintes<sup>26</sup>:

- Análise da conformidade constitucional e legal dos atos do executivo;
- Fornecer assessoria legal ao governo;
- Assegurar a relação entre o Presidente da República e o governo com a Assembleia da República;
- Participação técnica na elaboração de atos normativos e promoção de sua publicação no diário nacional (boletim da República);
- Assegurar a legalidade e o registo de factos, actos e contratos;
- Supervisão da área penitenciária;
- Promoção da formação profissional para o acesso ao sector da justiça e qualificação profissional dos funcionários públicos que trabalham no sector da justiça;
- Promoção do acesso dos cidadãos à justiça e ao direito;
- Assegurar e promover a assistência jurídica e o apoio judiciário às pessoas sem meios;
- Assegurar e proteger os direitos e interesses das vítimas, testemunhas, declarantes e outras pessoas em matéria de procedimento judicial;
- Promoção da legalidade;
- Promoção da educação cívica e jurídica aos cidadãos;
- Formulação de políticas e estratégias para o desenvolvimento integral do setor de Justiça e garantir a implementação das políticas e estratégias;
- Criação de mecanismos de articulação interinstitucional com outros órgãos de administração da justiça;
- Assegurar a extensão da competência da Administração da justiça;
- Assegurar a articulação ministerialeintersetorial e a coordenação das políticas de promoção e proteção dos direitos humanos;
- Assegurar a articulação entre o estado e os órgãos religiosos.

26 De acordo com a resolução n.º 1/2015, de 24 de julho da Comissão Interministerial de função pública que regula o decreto presidencial n.º 1/2015, de 16 de Janeiro, que criou o Ministério da justiça, constitucional e religioso



### Como contactar:

Endereço: Avenue Julius Nyerere 33, Maputo  
Tel: 258-21-491613, 490940  
Fax: 258-21-494264  
Website: [www.mjcr.gov.mz](http://www.mjcr.gov.mz)

## Ministério da Juventude e Desportos (MJD)

As funções pertinentes do Ministério da juventude e Desportos são as seguintes<sup>27</sup>:

- Promoção e implementação de políticas governamentais no domínio da juventude e do desporto;
- Desenvolvimento do enquadramento jurídico que afecta as diferentes instituições, associações, empresas e entidades que actuam no âmbito dos sectores da da juventude e do desporto;
- Promoção de atividades que contribuam para o desenvolvimento da juventude;
- Aumentar a participação das instituições individuais e públicas e privadas na promoção de iniciativas relacionadas com a juventude, o desporto e o voluntariado.



### Como contactar:

Endereço: Av. 10 de Novembro, Praceta 1196, Maputo  
Telefone: 258-21-333 097 ou 21308844 Mobile: +258843024295 Fax: 258-21-308 844  
Email: [mjd.sugestoes@mjd.gov.mz](mailto:mjd.sugestoes@mjd.gov.mz) or [mjd.geral@mjd.gov.mz](mailto:mjd.geral@mjd.gov.mz)  
Website: [www.mjd.gov.mz](http://www.mjd.gov.mz)

## Ministério do Gênero, Criança e Acção Social (MGCAS)<sup>28</sup>

As funções pertinentes do Ministério de Género, Criança e Acção Social são as seguintes:

- Promoção da igualdade de género e da equidade no desenvolvimento económico, social, político e cultural;
- Promoção, protecção e materialização dos direitos da criança, prevendo um desenvolvimento integral da criança;
- Promoção da assistência social às pessoas e às famílias na pobreza e que são vulneráveis, a saber, mulher, crianças, idosos, pessoas com incapacidades e pessoas que sofrem de

<sup>27</sup> Artigo 191.

<sup>28</sup> De acordo com a resolução n. ° 18/2015, de 10 de julho da Comissão Interministerial de função pública, regulando o decreto presidencial n. ° 1/2015, de 16 de Janeiro, que criou o Ministério de Género, criança e Acção Social.



doenças crónicas e degenerativas; e

- Promoção e coordenação das actividades das instituições governamentais e não-governamentais que atuam no campo da assistência social.

#### Como contactar:

Endereço: Ahmed Sekou Touré 908, Maputo

Tel: 258-21-350300

Cell: 258-21-3042080

Fax: 258-21-350326

Website: [www.mgcas.gov.mz](http://www.mgcas.gov.mz)



## Ministério da Educação e do Desenvolvimento Humano (MINEDH)

As funções pertinentes do Ministério da Educação e do Desenvolvimento Humano são as seguintes<sup>29</sup>:

- Formulação de políticas e estratégias educacionais;
- Formação de cidadãos com consciência patriótica e auto-estima;
- Equipar os cidadãos com conhecimentos técnicos e culturais que asseguram o seu acesso à ciência e à cultura;
- Padronização, regulação, fiscalização e fiscalização de actividades relacionadas à educação;
- Planeamento, acompanhamento e avaliação de actividades relacionadas à educação;
- Desenvolvimento da cultura patriótica, cívica e moral, espírito de paz e unidade nacional e educação identitária;
- Ampliação do acesso à educação equitativa e inclusiva;
- Melhoria e actualização da qualidade da educação baseada no desenvolvimento científico e tecnológico;
- Formação de professores para o sector educativo;
- Desenvolvimento do desporto e educação física;
- Assegurar um sistema educativo baseado nos princípios da igualdade e do respeito pelas liberdades e pelos direitos, e a cultura da responsabilização dos detentores de poderes públicos, da sociedade e da família;
- Promoção de estudos e disseminação de informações sobre organização e implementação do sistema educacional;
- Promoção da cidadania.

<sup>29</sup> Decreto Presidencial n. ° 12/2015, de 16 de março, que define as atribuições e competências do Ministério da educação e desenvolvimento humano, criado pelo decreto presidencial n. ° 1/2015, de 16 de Janeiro.



### Como contactar:

Endereço: Av. 24 de Julho 167, Maputo

Caixa Postal 34

Tel: +258 (21) 490677 Fax: +258 (21) 492196

Website: [www.mined.gov.mz](http://www.mined.gov.mz) Email: [l\\_suporte@mined.gov.mz](mailto:l_suporte@mined.gov.mz)

## Ministério Do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS)

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social é o órgão central do Aparelho do Estado ao qual compete a direcção, planificação e controlo da acção governamental no domínio da administração do trabalho, assegurando a execução da política e dos programas económicos e sociais adoptados pelo Estado.

As funções pertinentes do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) são as seguintes:

- Conceber, elaborar, implementar e controlar matérias ligadas à legislação laboral nos domínios de:
  - Emprego e Formação Profissional;
- Protecção e Segurança Social;
- Diálogo tripartido, Mediação e Arbitragem laboral;
- Garantir o cumprimento dos direitos dos beneficiários e dos deveres dos contribuintes do INSS;
- Atender aos contribuintes;
- Tramitar os processos de contratação de trabalhadores estrangeiros no âmbito do regime de autorização de trabalho;
- Facilitar o processo de assinatura de prova de vida dos pensionistas mineiros;
- Promover a formação profissional e o emprego;
- Mediar e arbitrar conflitos laborais.



### Como contactar:

Endereço: Av. 24 de Julho 2298 Maputo

Tel: +258 (21) 82 306 9498



### Como as OSC podem se engajar com os Ministérios

- As OSC podem abordar as diversas para fornecer evidências relevantes sobre questões-chave, como barreiras relacionadas ao acesso a serviços de saúde por populações-chave; participar como parceiros nas diversas comissões estabelecidas pelo Ministério; realizar análises específicas; Papéis de posição presentes; e petições ao Ministério.
- As OSC também podem abordar o Ministério para discutir e suscitar preocupações quanto a lacunas específicas no quadro jurídico e político.
- As OSC's também podem abordar o Ministério pedindo informações particulares, dado que os cidadãos são responsáveis pela supervisão da administração pública.

## O Gabinete do Procurador Geral e o Ministério Público

O Procurador-Geral é nomeado pelo Presidente. Ele ou ela é o principal conselheiro jurídico do governo, incluindo o Presidente. O procurador-geral exerce a responsabilidade final pelo cargo de procurador-geral<sup>30</sup>.

### Como contactar:

Endereço: Avenida Vladimir Lenine 121  
Tel: +258 21 304 303/4, +258 82 31 61 920  
E-mail: pgr@pgr.gov.mz  
Linha Verde: 800 315 15 / 82 3347 / 84 3347



### Como as OSC podem engajar-se com o Procurador-Geral

- Submissão de queixas
- Apresentação das Petições solicitando à justiça através do Procurador-Geral que solicite ao Supremo Tribunal a suspensão da execução ou revogação de decisões judiciais ilegais e injustas
- Apresentação das Petições solicitando à justiça através Procurador-Geral a solicitação de uma declaração de inconstitucionalidade de leis e outros atos normativos



30 Artigo 237

## O Ministério Público

O Ministério Público representa o estado em casos criminais. Em particular, conduz a instituição de processos penais, exerce a autoridade penal e assegura a defesa jurídica de menores, pessoas ausentes ou incapacitadas<sup>31</sup>.



### Como contactar:

Endereço: Avenida Vladimir Lenine 121

Tel: +258 21 304 303/4, +258 82 31 61 920

E-mail: [pgr@pgr.gov.mz](mailto:pgr@pgr.gov.mz)

Linha Verde: 800 315 15 / 82 3347 / 84 3347



### Como as OSC podem se engajar com o Ministério Público

As OSC's podem engajar-se com os serviços judiciais para investigação e processo penal contra todo o tipo de casos em particular o estigma, discriminação e o assédio ilegal de populações chave; o cumprimento da legalidade em conformidade pelas entidades públicas; e outros assuntos de protecção casos de protecção de crianças órfãs em questões de herança e tutoria.

## Processos Chave no Executivo

Os principais processos abordados nesta secção são os seguintes:

- Elaboração de projecto de lei
- Promulgação de leis de decreto
- Elaboração e promulgação de políticas relacionadas ao HIV

### Elaboração de Projecto de Lei

As propostas de elaboração ou revisão de legislação podem originar-se nos Ministérios pertinentes.

A cada ano, o governo aprova o plano económico e social (PES), que inclui a lista de Leis relevantes a serem aprovadas no ano. O Ministério relevante lidera o processo interno de elaboração do projecto de lei. O projecto de lei normalmente é elaborado por uma equipe técnica. A equipe técnica não tem a obrigação de realizar audiências públicas sobre o projecto de lei, mas em alguns casos, ele vai realizar reuniões públicas para discutir o projecto de lei. O projecto do projecto de lei é então apresentado pelo Ministério ao Conselho Económico e Social, que é presidido pelo gabinete do Primeiro-ministro. O Conselho Económico e Social inclui ministérios pertinentes, como o Ministério das Finanças e o Ministério da

31 Artigo 236

Justiça. Em seguida, o projecto de lei é apresentado perante o Conselho dos Ministros para a aprovação final do projecto.<sup>32</sup> O projeto de lei é então introduzido no Parlamento. O processo parlamentar está detalhado na página 21.

### Como as OSC podem se engajar com o processo de elaboração de Leis

- Advocacia, sensibilização e engajamento com os legisladores, os funcionários ministeriais.
- Engajamento técnico com os fazedores de lei dos ministérios relevantes para discutir os processos de reforma da lei em andamento ou o potencial de elaborar novas leis.
- Enviar observações para os ministérios relevantes.
- Fornecer todo o tipo de comentários ao Ministério durante os processos de consulta e sempre que houver esboços de Lei.



## Decreto Lei

O Artigo 181 da Constituição esboça a promulgação do Decreto-lei. A fim de aprovar o decreto-lei, o executivo precisa de uma autorização legislativa específica e pormenorizada da assembleia. Se houver autorização de legislação, o decreto-lei é originário do Conselho de Ministros. As leis do Decreto são automaticamente ratificadas, a menos que quinze membros da Assembleia exijam a ratificação na primeira sessão parlamentar realizada após a publicação do Decreto-lei no Boletim da República. O decreto-lei pode ser total ou parcialmente suspenso até que tenha sido avaliado. A suspensão expirará se, até ao final da sessão, a assembleia não tiver pronunciado sobre o assunto. A não ratificação pela Assembleia em tal caso significa que o decreto-lei é revogado. Se for ratificada, o decreto-lei é publicado no Boletim da RepúblicaBoletim da República.

### Como as OSC podem se engajar com o processo de emissão de leis de decreto

- Sensibilizar e engajar-se com os fazedores de políticas, os funcionários ministeriais.
- Submeter os seus comentários e observações a legislação em forma de decreto sombra aos ministérios relevantes.
- Fornecer comentários e observações para o Ministério que lidera assim que o esboço de um decreto lei for elaborado.



32 A sigla portuguesa é PES – plano econômico e social

## Elaboração e promulgação de políticas relacionadas ao HIV

As políticas são formuladas e revistas no âmbito do sector ou ministério do governo relevante.

Os ministérios pertinentes podem organizar uma série de reuniões de auscultação e consulta sobre o projecto de política para envolver várias partes interessadas. Com base nos comentários e observações das reuniões de consulta, e adicionalmente em forma também de qualquer contribuição escrita, o Ministério finalizará a política. No entanto, a medida em que o Ministério procura contributos e comentários externos para a política ele colocará no documento aqueles que considerar mais ajustados.



### Como as OSC podem se engajar na formulação e revisão de políticas

Existem outras poucas maneiras pelas quais os OSC podem se envolver com o processo revisão de políticas:

- Engajar-se e sensibilizar os funcionários ministeriais sobre áreas críticas de interesse que afectam os cidadãos ou uma comunidade específica.
- Fornecer comentários, observações orais durante o processo de consulta e por escrito aos fazedores de políticas, pessoal ministerial quando eles convocam reuniões de consulta para debater políticas específicas ou de revisão da política.
- Solicitar reuniões de advocacia com os fazedores de políticas, os funcionários ministeriais para fornecer comentários sobre políticas ou políticas propostas.
- Participação activa nas reuniões de auscultação e consulta organizadas pelo Ministério.

## Instituições chave no legislativo

O legislativo é constituído pelo representante da Assembleia de todos os cidadãos. Os seus poderes são abrangidos pelo título VII da Constituição.

### A Assembleia da República

A Assembleia tem os seguintes poderes relevantes:<sup>33</sup>

- Aprovar leis constitucionais (órgão legislativo por excelência)<sup>34</sup>;
- Aprovar a lei eleitoral e as regras para referendos;
- Propor a realização de referendos sobre assuntos de interesse nacional;
- Aprovar a suspensão das garantias constitucionais e a declaração de estado de cerco ou estado de emergência;

<sup>33</sup> Artigo 179 CRM.

<sup>34</sup> Arte. 169 (1) CRM

- Ratificar a nomeação do Presidente do Supremo Tribunal, do Presidente do Conselho Constitucional, do Presidente do tribunal administrativo e do vice-presidente do Supremo Tribunal;
- Eleger o provedor de Justiça;
- Decidir sobre o programa governamental;
- Decidir sobre os relatórios sobre as actividades do Conselho de Ministros;
- Definir o estatuto dos titulares de cargos públicos soberanos, titulares de gabinetes provinciais e titulares de cargos nas autarquias locais;
- Ratificar Decreto-lei;
- Eleger o Presidente, os vice-presidentes e a Comissão permanente;
- Configurar comissões da Assembleia e regulamentar o seu funcionamento;
- Criar grupos parlamentares nacionais; e
- Ratificar e rescindir os tratados internacionais.

O Presidente da Assembleia da República tem poder para<sup>35</sup>:

- Convocar e presidir as sessões da Assembleia da República e da sua Comissão permanente;
- Assegurar o cumprimento das decisões da Assembleia da República;
- Assinar as leis da Assembleia da República e submetê-las à promulgação; e
- Assinar e ordenar a publicação de resoluções da Assembleia da República.

### Como entrar em contacto:

Endereço: Av: 24 de Julho N.º 3773

P.O.Box, 1516 Maputo

Tel: 21 40 08 26/32

<http://www.parlamento.mz/> E-mail: [sgar@parlamento.org.mz](mailto:sgar@parlamento.org.mz) or [arm@parlamento.org.mz](mailto:arm@parlamento.org.mz)



## Comissão Permanente

A Comissão Permanente é o órgão da Assembleia da República que coordena as actividades da Assembleia em sessão plenária e das suas comissões e grupos parlamentares nacionais. É composto pelo Presidente da assembleia, os vice-presidentes e outros deputados eleitos nos termos da lei, por recomendação das bancadas parlamentares, de acordo com o seu

<sup>35</sup> Artigo 191.

grau de representação.<sup>36</sup> Em geral, a Comissão Permanente recebe e submete à assembleia o projecto de lei proposto pela Comissão de Trabalho.

A Comissão Permanente da Assembleia da República tem os seguintes poderes:

- Garantir o cumprimento da Constituição e das leis, e acompanhar a actividade do governo e da administração pública;
- Conduzir as relações entre a Assembleia da República e os parlamentos e instituições semelhantes noutros países;
- Estabelecer comissões de inquérito de carácter urgente, durante as intermissões entre as sessões plenárias da Assembleia da República;
- Preparar e organizar sessões da Assembleia da República;
- Realizar o trabalho das sessões plenárias; e
- Decidir sobre questões de interpretação do estatuto social da Assembleia da República durante as intermissões entre sessões plenárias.<sup>37</sup>

Comissões de trabalho relevantes:

- Comissão dos Assuntos Constitucionais, dos Direitos do Homem e da Legalidade;
- Comissão dos Assuntos Sociais, de Género e do Ambiente;
- Comissão da Administração Pública, do Governo Local e da Comunicação Social;
- Comissão da Agricultura, do Desenvolvimento Rural, das Actividades Económicas e dos Serviços; e
- Comissão da Defesa e da Ordem Pública.

## **Comité de Trabalho**

As competências gerais de um Comité de Trabalho são<sup>38</sup>:

- Elaborar e submeter os projectos de lei no seu domínio de trabalho;
- Dar parecer sobre os projectos e propostas de lei, resoluções e propostas no domínio da sua competência quando apresentadas por outras entidades;
- Emitir conselhos jurídicos, propostas, estudos e inquéritos sobre assuntos do seu campo de trabalho; e
- Aprovar informações e relatórios a serem submetidos ao Presidente da Assembleia.

---

36 Artigo 193

37 Artigo 197

38 Artigo 73 da Lei n. 17/2013 de 12 de Agosto- O regimento da Assembleia da República





### Como as OSC podem interagir com a Assembleia e as Comissões

1. Visitar a Assembleia quando estiver em sessão para saber mais sobre como funciona.
2. Trabalhar com membros específicos da assembleia, levantando questões específicas na assembleia através de perguntas aos ministros do governo relevantes ou através de movimentos para discussão da questão/s pela Assembleia.
3. As OSC podem solicitar informação aos membros da assembleia sobre alterações jurídicas específicas.
4. As OSC's podem enviar observações escritas a comissão competente sobre áreas específicas
5. As OSC's podem solicitar reuniões com a comissão competente para discutir questões específicas.

## Principais processos relevantes para o Legislativo

Os principais processos abordados nesta secção são os seguintes:

- Reforma da lei/revisão e promulgação de uma nova legislação
- Promulgação de leis de decreto
- Reforma constitucional

### Reforma da lei/revisão e promulgação de nova legislação

As seguintes partes do governo, entre outras, têm um papel na revisão e promulgação da legislação<sup>39</sup>:

- Membros da Assembleia
- Bancos parlamentares
- Comissões parlamentares
- O Presidente da República; e
- O executivo

As Leis podem ser propostas por membros do Parlamento ou do executivo. As Leis propostas pelo Parlamento são denominadas “projecto de lei” e as leis propostas pelo executivo são conhecidas como “ proposta de lei”. A maioria das legislações é proposta pelo executivo, embora a iniciativa legislativa também possa ser tomada por membros individuais do Parlamento, grupos parlamentares, comités do Parlamento, presidente e membros do governo.

<sup>39</sup> Artigo 183 (1) CRM

Todas as leis são depositadas junto do Presidente do Parlamento, que as submete à Comissão parlamentar competente para distribuição aos deputados do Parlamento. As leis são então analisadas pelo Comité de trabalho pertinente que emite um relatório e uma opinião detalhados.

O debate sobre as leis consiste numa primeira leitura geral e numa segunda leitura especializada. A votação consiste numa votação sobre a primeira leitura, uma votação sobre a segunda leitura e uma votação geral final. O Parlamento só pode deliberar e tomar decisões quando mais de metade dos seus membros estiverem presentes e as leis só podem ser aprovadas se mais de metade dos membros presentes concordarem<sup>40</sup>.

Qualquer projecto de lei que seja definitivamente rejeitado não pode ser avaliado na mesma sessão legislativa. Se um projeto de lei é aprovado, o Presidente do Parlamento assina o projecto de lei e submete-o para promulgação pelo Presidente.

O Presidente assinará e promulgar todas as leis no prazo de 30 dias após o recebimento. No entanto, o presidente pode encaminhar qualquer lei ao Conselho Constitucional para verificar sua constitucionalidade. O Conselho Constitucional notifica o presidente de sua decisão e o Presidente tem então duas opções: veto e mandar o projecto de lei ao Parlamento para ser promulgado no prazo de 30 dias ou ser notificado da sua decisão pelo Conselho Constitucional. No caso de uma lei ser enviada de volta ao Parlamento e, em seguida, aprovada por uma maioria de dois terços, o Presidente deve promulgar e aprovar.



### Como as OSC podem se engajar no processo de reforma da lei

- Envolver e sensibilizar os parlamentares sobre questões relevantes.
- Trabalhar com um determinado membro da assembleia para introduzir um projecto de lei.
- Acompanhar de perto o trabalho e as sessões dos comités relevantes, especialmente aqueles que monitoram os ministérios governamentais que implementam leis, políticas e programas que os afectam directamente.
- Capacitação ou sensibilização dos membros do Comité relevantes sobre questões específicas ou críticas para consideração quando o projecto de lei está sendo considerado ou redigido.

## Decreto Leis

A Assembleia dá ao executivo autorização para aprovar um decreto lei. Uma vez que o decreto lei é elaborado pelo executivo, quinze membros da Assembleia podem exigir a sua ratificação na primeira sessão parlamentar realizada após a publicação do Decreto lei no Boletim da República . O decreto lei pode ser total ou parcialmente suspenso até que tenha sido avaliado. A suspensão expirará, se, até ao final da sessão, a assembleia não se tiver

40 Artigo 184 & Artigo 187 CRM

pronunciado sobre o assunto. A não ratificação pela Assembleia em tal caso significa que o decreto lei é revogado. Se for ratificada, o decreto-lei é publicado no Boletim da República.

### Como os OSC podem se engajar com a promulgação de leis de decreto

- Envolvem-se com o primeiro-ministro
- Envolvem-se com os ministérios relevantes quando eles estão a preparar o projecto
- Trabalham com a equipe técnica preparando o decreto lei
- Participam em audiências públicas durante a elaboração do Decreto lei



## Reforma Constitucional

As emendas à constituição estão delineadas no título XV, capítulo II da Constituição. O Presidente ou pelo menos um terço dos membros da Assembleia pode propor emendas à constituição. Qualquer alteração deve ser introduzida na Assembleia 90 dias antes da abertura do debate. Nenhuma alteração pode ser proposta a menos que 5 anos tenham passado desde a última alteração, a menos que a maioria dos três quartos dos membros da assembleia concorde que é necessário.

Qualquer alteração à Constituição deve ser acordada por uma maioria de dois terços dos membros da assembleia. Se isto ocorrer, o Presidente tem de promulgar a alteração.

### Como as OSC podem se engajar no processo de reforma da lei

- Envolver e sensibilizar os parlamentares sobre questões relevantes.
- Trabalhe com um determinado membro da assembleia para introduzir uma alteração.
- Capacitação ou sensibilização dos membros do Comitê relevantes sobre questões específicas ou críticas para consideração quando qualquer alteração está sendo considerada.



## Instituições chave no Judiciário

Os poderes e o papel do judiciário estão delineados no título IX da Constituição e também na lei da organização judicial<sup>41</sup>. O judiciário é constituído pelo seguinte tipo de tribunais: os tribunais de Justiça; Conselho Constitucional; Tribunais comunitários e Administrativos<sup>42</sup>.

41 Lei 24/2007 de 20 de Agosto

42 Artigo 223

## **Tribunais de Justiça**

Os tribunais de justiça são categorizados em quatro grupos determinados pelo território, âmbito e hierarquia: Supremo Tribunal, Tribunais de Recurso, Tribunal Provincial de Justiça e Tribunal Distrital de Justiça<sup>43</sup>.

### **Tribunal Supremo**

O Tribunal Supremo é o mais alto tribunal do país dentro da hierarquia dos tribunais de justiça. O Tribunal Supremo pode ouvir os casos de recurso dos tribunais inferiores e também os casos inicialmente arquivados com o Supremo Tribunal em si. O Tribunal Supremo só ouve questões de direito, excepto para aqueles que têm o direito de um fórum especial<sup>44</sup>.

### **Tribunais de Recurso**

A lei orgânica 2007 dos tribunais judiciais estabeleceu os tribunais de recurso. Os tribunais de apelação ouvem os recursos dos tribunais provinciais, como uma hierarquia intermediária perante o Tribunal Supremo. Existem três tribunais de recurso divididos em regiões do país: Maputo no Sul, Beira no centro e Nampula no norte<sup>45</sup>.

### **Tribunal Provincial de Justiça**

O tribunal provincial de Justiça está localizado em cada província. Ele ouve recursos do Tribunal Distrital de Justiça e os casos inicialmente arquivados com o tribunal provincial de justiça. As decisões do tribunal provincial de justiça podem ser apeladas ao Tribunal de recurso.

### **Tribunal Distrital de Justiça**

O Tribunal Distrital de Justiça está geralmente localizado no capital administrativo da área de jurisdição<sup>46</sup>. Os tribunais distritais de justiça são de competência genérica. O Tribunal Distrital de Justiça também pode ouvir os recursos dos tribunais comunitários.

### **Tribunal Administrativo**

O próprio tribunal administrativo é o órgão mais alto na hierarquia do judiciário administrativo e seu principal papel é lidar com casos que envolvem a legalidade dos atos administrativos e a aplicação de regras e regulamentos emitidos pelo público Administração. Pode abordar os seguintes tipos de casos, entre outros:

- Casos relativos a litígios resultantes de relações jurídicas administrativas;

---

43 Artigo 29 (1) Lei 24/ 2007

44 Artigo 41, 46 & 51 Lei 24/2007

45 Artigo 114 Lei 24/2007

46 Artigo 79 (2) Lei 24/2007

- Recursos apresentados contra as decisões das secretarias de estado e dos seus titulares de cargos e agentes; e
- Recursos apresentados contra julgamentos proferidos por tribunais administrativos, fiscais e aduaneiros.

## **Conselho Constitucional**

O Conselho Constitucional é um órgão soberano com jurisdição especial para administrar a justiça em matéria constitucional<sup>47</sup>. É o tribunal mais alto sobre questões constitucionais, e suas decisões não podem ser apeladas nacionalmente<sup>48</sup>. Tem as seguintes funções relevantes<sup>49</sup>:

- Avaliar e declarar a inconstitucionalidade das leis e a ilegalidades dos atos normativos das secretarias estaduais;
- Estabelecer conflitos de jurisdição entre os cargos públicos soberanos;
- Fazer avaliações anteriores da constitucionalidade dos referendos.
- Verificar os pré-requisitos legais exigidos aos candidatos ao cargo de Presidente da República;
- Pronunciar-se sobre a incapacidade permanente do Presidente da República;
- Verificar a morte e a alienação do Presidente da República;
- Avaliar as queixas e os recursos eleitorais na última instância, e validar e proclamar os resultados eleitorais, nos termos da lei;
- Decidir, em última instância, sobre a legalidade do estabelecimento de partidos políticos e coalizões, bem como avaliar a legalidade de seus nomes, siglas e símbolos, e ordenar a sua dissipação nos termos da Constituição e as leis;
- Julgar as acções que contestam as eleições e as deliberações dos partidos políticos, bem como a legalidade dos seus nomes, siglas e símbolos;
- Adjudicar acções relativas a litígios sobre os mandatos dos deputados; e
- Julgar as acções relativas às incompatibilidades estabelecidas na Constituição e na lei.

## **Tribunais Comunitários<sup>50</sup>**

Os tribunais comunitários resolvem conflitos baseados no senso comum, equidade, equidade, valores informais e sociais da sociedade moçambicana e da Constituição.

47 Artigo 241 (1) CRM & Artigo 1 Lei 6/2006 de 2 de Agosto (Lei organica do Conselho Constitucional) disponível em <http://www.cconstitucional.org.mz/legislacao/lei-organica>

48 Artigo 248 (1) CRM. Artigo 4 Lei 6/2006

49 Artigo 244 (1) CRM, Artigo 6 (1) Lei 6/2006

50 Artigo 5 Lei 24/2007

## Outros tribunais<sup>51</sup>

Há uma série de outros tribunais, incluindo o tribunal tributário e aduaneiro.

## Processos Chave no Judiciário

### Litígio

Os detalhes específicos de como litigar e o que é necessário dependem do tipo de desafio que está sendo colocado. Na maioria dos casos, a consulta a um advogado é necessária para a apresentação de litígios, excepto em casos administrativos em que um advogado não é obrigatório. O litígio é geralmente iniciado no Tribunal de primeira instância através de uma petição inicial. A petição deve incluir a identificação completa do peticionário (nome, número de identificação, domicílio), o tipo de procedimento, os fatos do caso, as leis que estão sob questionamento, a solução procurada<sup>52</sup>. Deve também anexar todos os documentos pertinentes e uma lista de testemunhas, e solicitar a produção de outras provas. O entrevistado tem o direito de responder às alegações da queixa. O juiz é responsável por estabelecer uma data para o processo preliminar, após consulta prévia com as partes. Em geral, excepto quando a lei indica o contrário, o advogado do peticionário fala primeiro e apresenta os seus factos e fundamentos jurídicos, seguidos de testemunhos orais e outros elementos de prova, seguidos de um debate oral para determinar os factos que devem ser considerados comprovados antes de prosseguir para argumentos jurídicos e pontos de direito. Durante este debate, o peticionário tem de responder à resposta dos inquiridos.

Para todos os casos de recurso, é obrigatório nomear um advogado<sup>53</sup>.

Há um procedimento ligeiramente diferente para casos criminais. O Ministério público lidera o processo legal, e as vítimas do crime ou aqueles afectados pelo crime podem fazer parte do processo como um “Assistente”.

Geralmente, as decisões do Tribunal Distrital de justiça podem ser apeladas ao tribunal provincial de justiça. As decisões do tribunal provincial de justiça podem ser apeladas ao Tribunal de Recurso e as decisões do Tribunal de Recurso podem ser apeladas ao Supremo Tribunal. Só são permitidas discussões sobre os pontos de direito, para as quais existem dois níveis de recurso, enquanto para os pontos de factos, existe apenas um nível de recurso<sup>54</sup>. A decisão do Supremo Tribunal é definitiva. A única outra opção legal é pedir uma revisão da decisão do Tribunal Supremo para a Comissão Africana de direitos humanos ou um órgão do Tratado Internacional, como o Comité para a eliminação da discriminação contra a mulher.

51 Artigo 228-230. CRM. Artigo 4. Lei 7/2015 de 6 de Outubro (Lei Orgânica dos Tribunais Administrativos)

52 Artigo 467 (1) Código Processo Civil (CPC)

53 Artigo 32 CPC

54 Artigo 19 e Artigo 41 Lei 24/2007 de 20 de Agosto (LOJ)



### Como as OSC podem se engajar na litigação estratégica

- As OSC podem trazer acções judiciais como uma organização desafiando leis, políticas ou práticas específicas que afetam as questões que a organização procura abordar.
- As OSC também podem encontrar indivíduos/membros que tenham sido directamente afectados por uma determinada lei, política ou prática que procuram abordar.

## Instituições Chave do Administrativo

### Gabinete do Provedor de Justiça

O título XII, capítulo III da Constituição, institui o Gabinete do Provedor de Justiça. O papel do Provedor de Justiça é garantir os direitos dos cidadãos, respeitar a legalidade e a justiça na condução da administração pública, que são exigidas pela Constituição para agir com base no respeito dos seguintes princípios: igualdade, imparcialidade, ética e justiça.<sup>55</sup>

O provedor de Justiça é nomeado por uma maioria de dois terços dos deputados da assembleia.

O Gabinete do Provedor de Justiça tem os seguintes poderes<sup>56</sup>:

- Fornecer recomendações às entidades relevantes com vista a corrigir os actos e omissões ilegais e desleais da entidade pública;
- Sinalizar as fraquezas identificadas na lei, e sugerir a alteração ou revogação da lei, conforme aplicável, dirigida ao Presidente da República, ao Parlamento e ao governo;
- Emitir pareceres, tal como solicitado pelo Parlamento, sobre questões relacionadas com o seu âmbito de acção;
- Solicitar ao Conselho Constitucional que declare a inconstitucionalidade ou ilegalidade das normas;
- Investigar queixas em relação aos actos da administração pública;
- Realizar investigações, audiências orais e inquéritos para recolher e produzir provas;
- Actuar como mediador nas queixas que lhe foram submetidas.

O Provedor de Justiça pode investigar qualquer violação dos direitos fundamentais, incluindo erros e irregularidades cometidas pela administração pública. Se for constatada a violação, o Provedor de Justiça pode apresentar recomendações aos gabinetes adequados para corrigir ou prevenir ilegalidades ou injustiças. Se as investigações do Provedor de

55 Artigo 249 (2) da Constituição da República (CRM) & Artigo 1 da Lei 7/2006. De 16 de Agosto que regula o âmbito da acção, poderes e procedimentos operacionais do Provedor de Justiça.

56 Artigo 15 (1) Lei 7/2006



Justiça conduzirem à conclusão de que a administração pública cometeu graves erros, irregularidades ou violações, informará a Assembleia, o Procurador-Geral e a Autoridade central ou local, com recomendações para as medidas pertinentes a serem observadas. Os funcionários do governo têm o dever de cooperar com o Provedor de Justiça em suas investigações.

## **Apresentação de uma queixa ao Gabinete do Provedor de Justiça**

O Gabinete do Provedor de Justiça pode investigar queixas envolvendo violação de direitos, erros, irregularidades e violação grave dos direitos fundamentais dos cidadãos pela administração pública. O provedor de Justiça submete recomendações aos gabinetes adequados para corrigir ou prevenir ilegalidades ou injustiças<sup>57</sup>.

Qualquer cidadão ou grupo de cidadãos pode submeter uma reclamação, individual ou coletivamente. As pessoas apátridas também podem apresentar uma queixa em relação à defesa dos seus direitos ou interesses. O Gabinete do Provedor de Justiça pode actuar por sua própria iniciativa em caso de violação dos direitos fundamentais, das liberdades e das garantias dos cidadãos<sup>58</sup>.

Não há custo para fazer uma reclamação, e não há nenhuma forma específica ou requisito, excepto a identificação clara do queixoso e conhecimento dos factos<sup>59</sup>.



### **Como contactar:**

Endereço: Rua Fernando Pessoa, n.º04, Bairro da Coop: Maputo: Moçambique  
Tel: +258 21 321990 Mobile: +258 86 306 5739  
Fax: +258 21 321990  
Email: [www.provedor-justica.org.mz](http://www.provedor-justica.org.mz)



### **Como as OSC podem interagir com o Provedor de Justiça**

- Ajude uma vítima de uma violação de direitos humanos a apresentar queixa junto do Provedor de Justiça
- Apresentar uma queixa como OSC em relação a violações de direitos humanos relevantes e documentadas
- Envolver-se com o Provedor de Justiça sobre violações de direitos humanos mais amplas em Moçambique

57 Artigo 259 (1) CRM & Artigo 3 (1) Lei 7/2006

58 Artigo 3 & Artigo 21 (4) Lei 7/2006

59 Artigo 20 (1) (4) & Artigo 24 Lei 7/2006



## Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH)

A Comissão Nacional de direitos humanos foi criada em 2009 e tornou-se operacional em Setembro de 2012. A Comissão Nacional de Direitos Humanos é o principal órgão responsável pela promoção e defesa dos direitos humanos através da recepção, avaliação e decisão dos casos de violações de direitos humanos no país.

Os poderes da Comissão Nacional de Direitos Humanos são os seguintes<sup>60</sup>:

- Receber queixas sobre violações de direitos humanos em Moçambique;
- Investigar queixas relacionadas aos direitos humanos;
- Realizar audições orais e inquéritos para recolher e produzir provas;
- Apresentar medidas administrativas em áreas críticas de implementação de instrumentos de direitos humanos no país

Em particular, a Comissão Nacional dos direitos humanos pode fazer o seguinte:

- Promover e proteger os direitos humanos no país através da educação;
- Propor entidades com iniciativa legislativa, leis voltadas à harmonização e conformidade com os instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos;
- Prestar assistência jurídica e judicial aos cidadãos desfavorecidos financeiros, em colaboração com as autoridades competentes em casos de violação dos direitos humanos;
- Formação de agentes e activistas do estado no domínio dos direitos humanos e da igualdade de género;
- Recomendar medidas provisórias que incluem a suspensão da medida ou decisão, em caso de violação grave ou iminência do ser humano<sup>61</sup>;
- Actuar como mediador entre as partes para garantir que não ocorrerão mais violações de direitos humanos<sup>62</sup>.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos investiga e emite recomendações aos escritórios apropriados, como a Procuradoria-Geral em caso de matéria penal ou outra instituição apropriada em caso de matéria civil ou administrativa<sup>63</sup>.

Os Comissários são nomeados pelo Parlamento e a composição deve ser de 3 Deputados do Parlamento, 4 membros da sociedade civil<sup>64</sup>, 3 representantes do Governo e um membro da Associação dos advogados moçambicanos. Os comissários elegem o Presidente da Comissão entre os comissários nomeados. Ele ou ela é então jurado pelo Presidente da República<sup>65</sup>.

60 Artigo 4 Lei 33/2009, de 22 de Dezembro (Lei que estabelece a Comissão Nacional de Direitos Humanos)

61 Artigo 30 do Decreto 13/2014 de 21 de Março, Conselho de Ministros (Regras da Comissão Operativa)

62 Artigo 31 (1) do Decreto 13/2014 (Regras da Comissão Operativa)

63 Artigo 4 (1) (b) & (c) Lei 33/2009 de 22 de Dezembro. Ver também Artigo 34 do Decreto 13/2014 (Regras da Comissão Operativa)

64 Representantes da Sociedade Civil devem incluir representantes das organizações de direitos humanos, organizações de mulheres, organizações de pessoas com deficiência, e organizações de pessoas vivendo com HIV e SIDA.

65 Artigo 7 Lei 33/2009, de 22 de Dezembro (Lei de Estabelecimento da Comissão Nacional de Direitos Humanos)

## Apresentação de queixa à Comissão Nacional de Direitos Humanos

As queixas à Comissão de Direitos Humanos podem ser feitas por qualquer pessoa singular ou colectiva, pelo que as organizações não-governamentais (ONGs) podem apresentar uma queixa à Comissão, pois a legitimidade para apresentar uma queixa está aberta a todas as pessoas coletivas que são vítimas ou são cientes da violação dos direitos humanos. A Comissão pode igualmente actuar por sua própria iniciativa<sup>66</sup>.



### Contactos:

Endereço: Avenida Fernando de Magalhães, n. 63, 1.º andar. Maputo

Tel: 21 32 11 00 or 823025474

E-mail: [comissao.direitos@gmail.com](mailto:comissao.direitos@gmail.com)

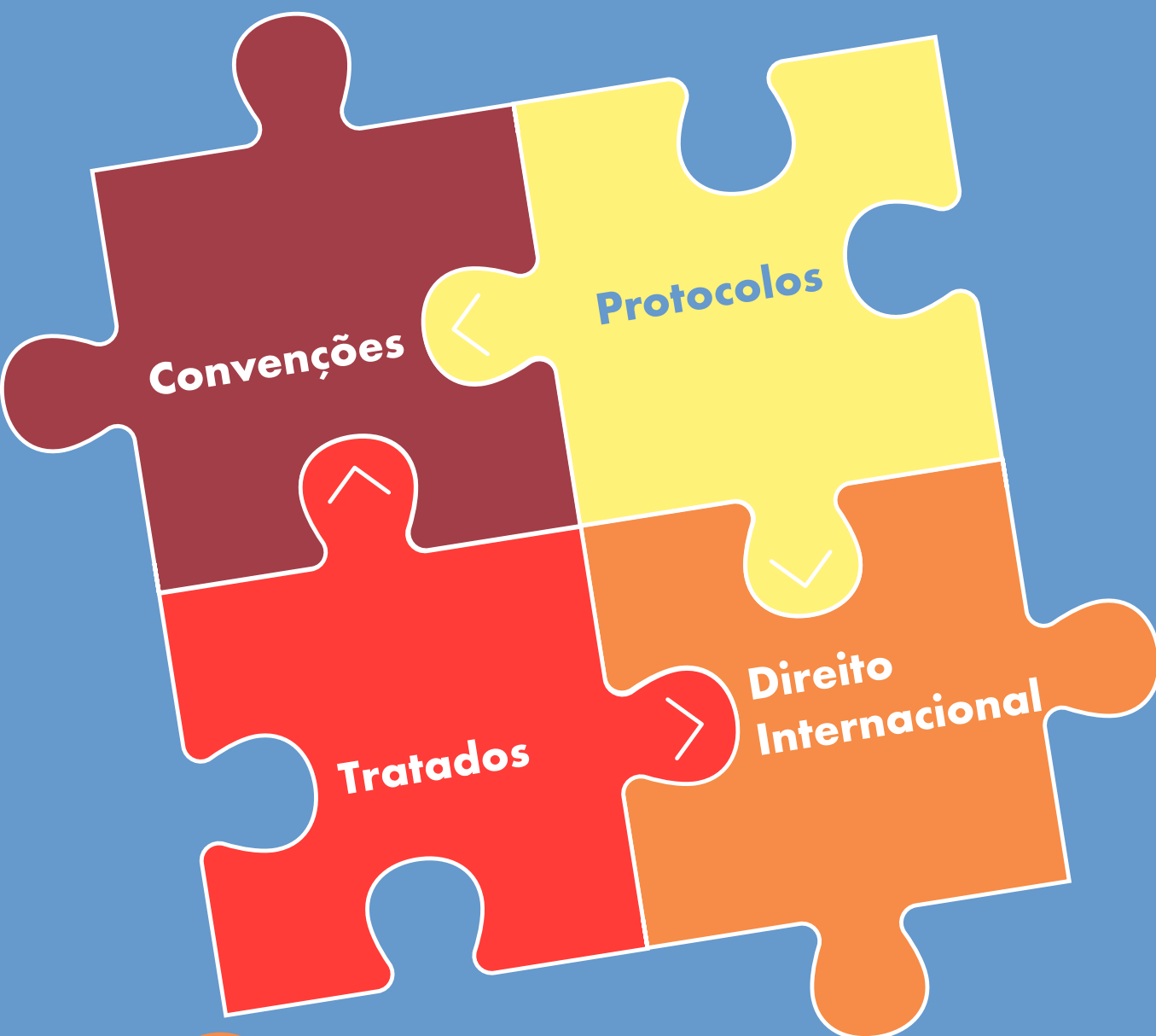


### Como as OSC podem se engajar com a Comissão Nacional de Direitos Humanos

- As OSC's podem apresentar uma queixa à Comissão Nacional de Direitos Humanos seguindo o estabelecido nos formulários.
- Encontrar a CNDH para discutir assuntos pertinentes que afectam os cidadãos e desenvolver estratégias para a protecção e promoção dos direitos humanos.
- Auxiliar as comunidades a preencher os formulários para a CNDH.
- Colaborar com a CNDH em capacitações técnicas sobre Convenções dos Direitos Humanos.
- Envolver-se com os Comissários em Investigações preliminares de Violações de Direitos Humanos
- Engajar-se frequentemente com os comissários para sensibiliza-los através de seminários, e outros fóruns educativos.

66 Artigo 5 (1) & (2) Lei 33/2009 de 22 de Dezembro





**3**

## **3. Instituições e processos regionais**

As instituições regionais pertinentes abrangidas por esta secção são as seguintes:

- Comissão Africana dos direitos humanos e dos povos
- Fórum de ONGs
- Mecanismos especiais
- Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos

Os processos regionais pertinentes abrangidos nesta secção são os seguintes:

- Acompanhamento do cumprimento dos tratados regionais pelos países;
- Comunicações à Comissão Africana;
- Mecanismos especiais

## Instituições Regionais

As instituições regionais pertinentes abrangidas por esta secção são as seguintes:

- Comissão Africana dos direitos humanos e dos povos
- Fórum de ONGs
- Mecanismos Especiais
- Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos

### Oportunidade chave: obter status interessante

Para participar nas atividades da Comissão Africana, as organizações da sociedade civil precisam solicitar o estatuto de observador perante a Comissão Africana ou trabalhar com uma organização que já tem status de observador.

Para solicitar o status de observador, as OSC devem fornecer informações sobre como seus objetivos e atividades visam promover ou proteger os princípios da carta, seu trabalho em direitos humanos e seus recursos financeiros. As OSC devem aplicar (sem custo) pelo menos três meses antes de uma sessão.

Com o estatuto de observador, as OSC podem fazer uma declaração pública nas sessões públicas da Comissão Africana e reclamar com a Comissão Africana.



## Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Comissão Africana), criada ao abrigo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), é constituída por onze peritos que servem na sua capacidade pessoal. São nomeados por partes na CADHP. A Comissão Africana é responsável por monitorizar o cumprimento do estado

com a CADHP, interpretando e aplicando os direitos e obrigações delineados no âmbito da CADHP, e promovendo e assegurando os direitos delineados na CADHP.

A Comissão Africana realiza as suas “sessões ordinárias” em Março ou Abril e em Outubro ou Novembro. As sessões geralmente duram 15 dias. Uma das sessões é realizada na sede em Banjul, a Gâmbia. O Presidente pode também decidir realizar “sessões extraordinárias” adicionais a pedido do Presidente da União Africana (UA) ou da maioria dos membros da Comissão.

Para participar nas actividades da Comissão Africana, as OSC necessitam de requerer o estatuto de observador perante a Comissão Africana ou trabalhar com uma organização que já tenha estatuto de observador. Actualmente, 4 organizações da sociedade civil em Moçambique têm estatuto de observador<sup>67</sup>:

- Rede de activistas e pesquisadores em direitos humanos integrados em África (NARIHRA)
- Muleide-mulher, direito e desenvolvimento
- Liga Mocambicana dos Direitos Humanos (LDH)
- Direitos Humanos e Desenvolvimento

## **Fórum de ONGs**

Antes das sessões ordinárias da Comissão Africana há um fórum de ONGs. O Fórum das ONGs reúne OSC para partilhar informações, conhecer os comissários e adoptar resoluções sobre questões que serão discutidas pela Comissão Africana. Estas resoluções são então submetidas à Comissão Africana, que pode utilizá-las quando se considera a adopção de resoluções pela Comissão Africana<sup>68</sup>. O Fórum das ONGs é uma oportunidade e uma plataforma críticas para que as OSC aumentem suas questões regionalmente.

O Fórum das ONGs é coordenado pelo Centro Africano de estudos de democracia e direitos humanos, uma ONG sediada na Gâmbia.

## **Mecanismos Especiais**

Nos termos do artigo 23.º das regras e procedimentos da Comissão Africana, a Comissão Africana estabeleceu mecanismos especiais para abordar a protecção dos direitos em várias áreas temáticas. Alguns dos mecanismos relevantes para o HIV incluem:

- O Comité para a protecção dos direitos das pessoas que vivem com o HIV e os que estão em risco, vulneráveis e afectados pelo HIV (o Comité do HIV)
- Relator especial para as condições prisionais de detenção e policiamento em África
- Relator especial para os refugiados, requerentes de asilo, migrantes e pessoas deslocadas internamente
- O relator especial para os direitos das mulheres

---

67 Informação sobre organizações como Observadoras está disponível aqui: <https://www.achpr.org/states/detail>

68 <http://www.ishr.ch/news/ngo-forum>

- O relator especial para a liberdade de expressão e o acesso à informação
- Comitê para a prevenção da tortura em África
- O grupo de trabalho sobre os direitos económicos, sociais e culturais

Os mecanismos especiais podem conduzir missões de país, realizar reuniões para promover questões em seu mandato e investigar violações de direitos particulares, se acordado pelo país.



### Que mecanismos especiais podem fazer

- Realizar missões no país
- Realizar e convocar reuniões para debater questões relevantes
- Investigar violações de direitos particulares, se acordado pelo país
- Emitir resoluções e diretrizes sobre questões relevantes

Eles também podem promulgar resoluções e directrizes sobre questões dentro de seu mandato<sup>69</sup>.

## Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos

O Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (Tribunal Africano) é um tribunal continental criado pelos países africanos para garantir a protecção dos direitos humanos e dos povos em África. Complementa e reforça as funções da Comissão Africana.

O Tribunal Africano foi instituído pelo artigo 1.º do protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre a criação de um Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos. O protocolo entrou em vigor em 25 de Janeiro de 2004.

O Tribunal Africano é composto por onze juízes, que são nacionais dos Estados-membros da UA. Os juízes são eleitos, após a nomeação por seus respectivos Estados, em suas capacidades individuais, de entre os juristas africanos de integridade comprovada e de reconhecida competência prática, judicial ou académica e experiência no campo dos direitos humanos. Os juízes são eleitos para um mandato de seis anos, renovável uma vez.

O Tribunal Africano tem jurisdição sobre todos os casos e litígios que lhe foram submetidos no que diz respeito à interpretação e aplicação da CADHP, protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre a criação de um Tribunal Africano para o Homem e os Povos Direitos humanos e quaisquer outros instrumentos pertinentes de direito humano ratificados pelos Estados em causa.

O Tribunal Africano pode receber casos apresentados pela Comissão Africana dos direitos humanos e dos povos, Estados partes no protocolo ou organizações intergovernamentais africanas. As ONGs com estatuto de observador perante a Comissão Africana e os

<sup>69</sup> Mais informações sobre os mecanismos especiais está disponível em <http://www.achpr.org/mechanisms/>

indivíduos também podem instituir casos directamente perante o Tribunal Africano, desde que o estado contra o qual estão reclamando tenha depositado a declaração do artigo 34 (6) reconhecendo a jurisdição de Tribunal a aceitar casos de indivíduos e ONGs. Moçambique ratificou o protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre a criação de um Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, mas não depositou a declaração do artigo 34.º, n.º 6, o que significa que as ONGs não podem instituir casos diretamente perante o Tribunal Africano.

## Processos Regionais

Os processos regionais pertinentes são os seguintes:

- Acompanhamento do cumprimento dos tratados regionais pelos países
- Comunicações à Comissão Africana
- Mecanismos especiais/relatores especiais

### **Acompanhamento do cumprimento dos tratados regionais pelos países**

A CADHP, requer que todos os Estados partes sejam obrigados a apresentar relatórios de atividades periódicas que descrevem o cumprimento do país com os direitos e obrigações garantidos ao abrigo da CADHP. Uma vez que um país apresentou seu relatório, a Comissão Africana considera o relatório em uma das três sessões que detém ao ano.

As OSC podem enviar “relatórios sombra”, providenciando à Comissão Africana informações sobre a situação dos direitos humanos no país. O relatório sombra é um documento escrito descrevendo como o país está cumprindo ou violando os direitos garantidos no Tratado Internacional. Um modelo elaborado pelos defensores dos direitos humanos está disponível em [http://www.theadvocatesforhumanrights.org/uploads/app\\_p.pdf](http://www.theadvocatesforhumanrights.org/uploads/app_p.pdf).

Numa sessão pública, a Comissão Africana considera o relatório do país, inclusive discutindo questões e fazendo perguntas de particular preocupação e permitindo que as ONGs com o estatuto de observador façam declarações na sala.

A Comissão Africana emite então a observação de conclusão que dá recomendações ao país para assegurar a conformidade com o CADHP.

### **Comunicações à Comissão Africana<sup>70</sup>**

Indivíduos, ONGs, que têm o estatuto de observador na Comissão Africana, e os Estados membros podem apresentar comunicações com a Comissão Africana nos casos em que a ação estatal viola a CADHP.

A seguir estão os requisitos para envios de comunicações. Orientações sobre como apresentar queixa à Comissão Africana são fornecidas no Apêndice A.

---

70 Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Folha Informativa n.2: Guia para a submissão de comunicações Organização da Unidade Africana; Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Folha Informativa n.3: Procedimentos de Comunicação.



- Incluir o nome do autor, mesmo que o autor queira permanecer anônimo;
- Incluir o nome (s) do queixoso ou reclamante, nacionalidade, ocupação ou profissão, endereços e assinaturas. Se a comunicação emana de uma ONG, deve incluir o endereço da instituição e os nomes e assinaturas dos seus representantes legais. Se a comunicação for de um Estado membro, serão necessários os nomes e a assinatura do representante do estado, juntamente com o selo nacional.
- A comunicação deve ser escrita e dirigida ao Secretário ou presidente da Comissão Africana;
- Deve descrever a violação dos direitos humanos e/ou dos povos que ocorreram, indicar a data, a hora (se possível), e o lugar onde ocorreu. Deve também identificar o estado em causa.
- O queixoso deve ter esgotado todas as vias de recurso legais domésticas disponíveis ou indicar as razões que esgotam os remédios legais domésticos não era possível;
- A comunicação não deve ser escrita em linguagem insultuosa dirigida contra o estado ou a União Africana;
- A comunicação não deve basear-se exclusivamente nas notícias da comunicação social;
- A comunicação deve ser apresentada dentro de um prazo razoável a partir da data de esgotamento dos remédios domésticos; e
- A comunicação não deve lidar com uma questão que já foi resolvida por algum outro organismo internacional de direitos humanos.

As comunicações devem ser enviadas ao Secretariado da Comissão Africana, sediada em Banjul, na Gâmbia. Uma vez recebida uma comunicação, ela é registada um número de arquivo no registo oficial de comunicações da Comissão Africana, mantido no Secretariado da Comissão Africana. O Secretariado reconhecerá o recebimento da carta de reclamação do autor. Se for necessária mais informação, o autor será informado em conformidade.

Assim que a comunicação for registada, um resumo é feito e distribuído a todos os comissários. Uma carta é escrita ao queixoso que reconhece a recepção da comunicação. Nenhuma carta é enviada ao Estado parte interessada nesta fase. O Secretariado tem de aguardar uma resposta de pelo menos sete dos onze membros para indicar que receberam a comunicação e aprovaram a apreensão. Alternativamente, se o Secretariado não receber um número mínimo de sete respostas, a comunicação será apresentada a todos os Comissários na próxima sessão da Comissão Africana.

A Comissão Africana determina inicialmente se a comunicação é admissível. Uma vez que é determinado que é, a Comissão Africana considera os méritos das comunicações, as partes são capazes de fazer apresentações escritas ou orais para a Comissão Africana. Alguns Estados enviam representantes às sessões da Comissão para refutar as alegações feitas contra eles. ONGs e indivíduos também recebem audiência para fazer apresentações orais perante a Comissão Africana.

Após a sessão, a Comissão Africana emitirá a sua decisão e recomendações.

## Mecanismos Especiais

As ONGs podem se engajar com os mecanismos especiais por meio de comunicações escritas descrevendo as preocupações relacionadas a violações de direitos humanos e solicitando investigação de tais violações, visitas a países e possíveis resoluções ou directrizes. Informações detalhadas sobre as informações de contacto e mandato dos mecanismos especiais podem ser encontradas em <http://www.achpr.org/mechanisms/>.



### Como as OSC podem se engajar com mecanismos e processos regionais

- Obter o status do observador.
- Elabarar relatórios sombra. Um modelo para um relatório de sombra está disponível em [http://www.theadvocatesforhumanrights.org/uploads/app\\_p.pdf](http://www.theadvocatesforhumanrights.org/uploads/app_p.pdf).
- Endereçar comunicação com a Comissão Africana.
- Engajar-se com o Mecanismo Especial relevante através da escrita de uma carta descrevendo as preocupações relevantes de direitos humanos no país.
- Engajar-se com os ministérios relevantes para advocacia por Moçambique para depositar a declaração do artigo 34 (6) ao protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre a criação de um Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos.





4

## Instituições e processos internacionais

As instituições internacionais pertinentes abrangidas por esta secção são as seguintes:

- Órgãos do Tratado
- Procedimentos especiais
- Conselho de Direitos Humanos

Os processos internacionais pertinentes abrangidos nesta secção são os seguintes:

- Queixa aos Órgãos do Tratado
- Monitoria do cumprimento do estado com tratados internacionais
- Revisão Periódica Universal
- Procedimentos Especiais

## Instituições Internacionais

### Órgãos do Tratado<sup>71</sup>

Os órgãos do Tratado de Direitos Humanos são comités de peritos independentes que monitoram a implementação dos principais tratados internacionais de direitos humanos. Existem dez organismos de tratados de direitos humanos compostos por peritos independentes de reconhecida competência em direitos humanos, que são nomeados e eleitos para termos de energias renováveis fixas de quatro anos pelos Estados membros. Os organismos relevantes para o HIV são os seguintes:

- Comité de Direitos Humanos
- Comissão para a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres
- Comissão dos Direitos da Criança
- Comité contra a Tortura
- Comissão dos Trabalhadores Migrantes
- Comissão dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais
- Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência

### Procedimentos Especiais<sup>72</sup>

Os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos são peritos independentes em direitos humanos com mandatos para relatar e aconselhar sobre os direitos humanos a partir de uma perspectiva temática ou específica do país. Desde 30 de Setembro de 2016, existem 43 mandatos temáticos e 14 mandatos dos países.

---

71 Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Monitoria dos Principais Tratados dos Direitos Humanos disponível em <http://ohchr.org/EN/HRBodies/Pages/TreatyBodies.aspx>

72 Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Procedimentos Especiais do Conselho de Nações Unidas disponíveis [http://ohchr.org/EN/HRBodies/SP/Pages/Welcome\\_page.aspx](http://ohchr.org/EN/HRBodies/SP/Pages/Welcome_page.aspx).

Procedimentos especiais realizam visitas ao país; agem em casos individuais e preocupações de natureza mais ampla e estrutural, enviando comunicações aos Estados e outros em que eles trazem alegadas violações ou abusos à sua atenção; realizam estudos temáticos e convocam consultas de peritos; contribuem para o desenvolvimento de normas internacionais em direitos humanos; envolvem-se em advocacia; sensibilizam o público; e fazem aconselhamento para a cooperação técnica. As suas tarefas são definidas nas resoluções que criam ou estendem seus mandatos.

Os procedimentos especiais relevantes para o HIV incluem:

- Relator especial sobre os direitos das pessoas com deficiência;
- Relator especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão atingível de saúde física e mental;
- Relator especial sobre os direitos humanos dos migrantes;
- Perito independente em protecção contra a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de género; e
- Relator especial sobre a violência contra as mulheres, as suas causas e consequências.



### Que procedimentos especiais podem fazer

- Realizar visitas a países para avaliar a situação dos direitos humanos.
- Investigar queixas individuais de violações de direitos
- Realizar estudos temáticos
- Convocar consultas de peritos sobre questões relevantes em matéria de direitos humanos

## Conselho de Direitos Humanos<sup>73</sup>

O Conselho de Direitos Humanos é um órgão Intergovernamental no sistema das Nações Unidas (ONU), responsável pelo fortalecimento da promoção e protecção dos direitos humanos em todo o mundo e por abordar situações de violações de direitos humanos e fazer recomendações sobre eles. Tem a capacidade de discutir todas as questões temáticas de direitos humanos e situações que exigem sua atenção ao longo do ano.

O Conselho de Direitos Humanos é constituído por 47 Estados-membros da ONU eleitos pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

## Processos Internacionais

Os processos pertinentes a nível internacional são os seguintes:

73 Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos disponível em <http://ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/pages/HRCIndex.aspx>

- Queixa ao corpo do Tratado
- Monitoria ao Estado para o cumprimento com tratados internacionais
- Revisão Periódica Universal
- Procedimentos especiais

## **Queixa ao Corpo do Tratado<sup>74</sup>**

Vários órgãos do Tratado têm poderes para ouvir queixas individuais. Em particular, para Moçambique, o Comité para a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres; Comissão contra a Tortura; e Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência pode ouvir queixas de violações dos direitos dos respectivos tratados.

Indivíduos, países e ONGs podem fazer reclamações contra os Estados membros. A reclamação deve ser por escrito e conter as seguintes informações:

- Detalhes dos queixosos, incluindo nome, nacionalidade, data e local de nascimento, e endereço;
- O país contra o qual as alegações estão sendo feitas;
- Os artigos do Tratado que estão sendo violados;
- Se os remédios domésticos foram esgotados e se não, porque os remédios domésticos não foram esgotados;
- Factos da queixa;
- Assinatura do queixoso; e
- Quaisquer provas corroborantes, tais como decisões judiciais domésticas e provas que confirmam os factos alegados.

Informações sobre onde as reclamações devem ser enviadas podem ser encontradas: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/TBPPetitions/Pages/IndividualCommunications.aspx#contact>

## **Monitoria do cumprimento do Estado com os Tratados Internacionais**

Os países submetem relatórios periódicos aos órgãos pertinentes do Tratado sobre como os direitos estão sendo implementados ao abrigo de cada Tratado Internacional de Direitos Humanos. Os relatórios periódicos fornecem informações sobre as medidas legislativas, administrativas e outras que o governo empreendeu para dar efeito às disposições do Tratado em análise e os progressos alcançados e os problemas encontrados na aplicação das obrigações do Tratado.

Além do relatório do país, as OSC podem apresentar “relatórios sombra”, fornecendo ao Corpo do Tratado informações sobre a situação dos direitos humanos no país. O relatório sombra é um documento escrito descrevendo como o país está cumprindo ou violando os

<sup>74</sup> Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Corpos de Direitos Humanos. Mecanismos de Reclamação disponíveis em <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/TBPPetitions/Pages/HRTBPPetitions.aspx>

direitos garantidos no Tratado Internacional. As OSC também podem fazer alegações orais quando o país é questionado sobre seu relatório. Um modelo para um relatório sombra para um organismo internacional preparado pela rede de direitos humanos dos Estados Unidos está disponível em [https://www.ushrnetwork.org/sites/ushrnetwork.org/files/shadow\\_report\\_template\\_final.pdf](https://www.ushrnetwork.org/sites/ushrnetwork.org/files/shadow_report_template_final.pdf).

À luz de todas as informações disponíveis, o órgão do Tratado pertinente examina o relatório na presença da delegação de um Estado membro. Ele descreve uma lista de perguntas com base no relatório do país e relatórios sombra. Com base neste diálogo construtivo, o corpo do Tratado publica as suas preocupações e recomendações, referidas como “Observações Conclusivas”.

Os órgãos do Tratado geralmente seguirão três etapas principais na consideração dos relatórios do Estado:

- Fase de grupos de trabalho pré-sessão, que é usado para preparar para a sessão completa/plenário do corpo do Tratado. Serão identificadas questões de discussão com o Estado relator;
- Sessão completa/fase plenária em que o relatório do estado é revisto pelo órgão do Tratado;
- Fase de observações finais em que o órgão do Tratado considera os resultados da revisão.

Embora a fase de observações finais seja uma sessão fechada, a fase plenária está aberta às OSC. Alguns órgãos do Tratado também irão interagir com as OSC durante a fase de grupos de trabalho pré-sessão. Os órgãos do Tratado colocam informações sobre os seus endereços Web relativos, designadamente, a relatórios que são devidos e/ou atrasados e que estão relacionados com as datas de sessão. As OSC devem monitorizar os endereços Web dos organismos tratados para essas informações disponíveis aqui: <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/Pages/TreatyBodies.aspx>.

## **Revisão Periódica Universal<sup>75</sup>**

A revisão periódica universal (RPU/ UPR) é um processo único que envolve uma revisão dos registos de direitos humanos de todos os Estados membros da ONU. O UPR é um processo orientado pelo Estado, os auspícios do Conselho de Direitos Humanos, que oferece a oportunidade para que cada Estado declare quais acções tomaram para melhorar as situações de direitos humanos em seu país e cumprir suas obrigações de direitos humanos. Como uma das principais características do Conselho de direitos humanos, a UPR é projectada para garantir a igualdade de tratamento para todos os países quando sua situação de direitos humanos é avaliada.

A UPR é semelhante ao relatório do estado, pois exige que os Estados enviem relatórios de direitos humanos para serem considerados pelo Conselho de direitos humanos, e as partes interessadas têm a oportunidade de participar. Todos os Estados-membros da ONU estão sujeitos a revisão por pares dos Estados-Membros uma vez por quatro anos<sup>76</sup>. Além

75 Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Revisão Periódica Universal disponível em <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPRMain.aspx>

76 A RPU/UPR foi adoptada pela Assembleia Geral da ONU, como um mecanismo do Conselho da ONU de Direitos Humanos, para rever a implementação dos direitos humanos em todos os estados membros da ONU. O Conselho de Direitos Humanos é um órgão subsidiário da assembleia geral estabelecido em 2006, cuja função primária é promover o respeito universal para e a protecção de todos as liberdades fundamentais para todos, lidar com as violações dos direitos humanos e promover a efectiva coordenação e a integração dos direitos humanos dentro do sistema da ONU- Assembleia Geral da ONU Resolução 60/251, UN Doc A/RES/60/251. 15 de Março de 2006.



do relatório nacional, a UPR também é informada por um relatório das partes interessadas, com base nas informações fornecidas pelas OSC e pelas instituições nacionais de direitos humanos, e um relatório baseado em informações fornecidas pela equipe do país das Nações Unidas operando no terreno, direitos humanos organismos de monitorização do Tratado e outras fontes da ONU.

As OSC podem participar no processo nacional de desenvolvimento do relatório do governo e também elaborar seu próprio relatório de intervenientes. Embora não haja margem para a participação direta das OSC nas sessões do grupo de trabalho em que o diálogo/revisão interativo ocorra, eles podem fazer representações ao Conselho de direitos humanos completo quando o resultado da revisão está sendo debatido e discutido. Eles também podem fazer lobby com outros governos para levantar no grupo de trabalho questões de preocupação para eles e fazer recomendações apropriadas para a consideração por seu próprio governo.

O estado em análise indicará as recomendações que aceita e deverá implementar estas recomendações. As recomendações aceitas, como as recomendações dos Órgãos do Tratado, apresentam uma oportunidade para as OSC engajarem-se ainda mais com o seu governo. Estes podem ser usados como pontos de referência e ferramentas de lobby/advocacia. É aconselhável que as OSC mantenham o controlo dos ciclos de relato do Conselho de direitos humanos, que os países estão sendo revistos, as recomendações aceites, etc. Esta informação está disponível no site do escritório da ONU do Alto Comissariado para os direitos humanos: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Pages/Home.aspx>.

## Procedimentos Especiais

Os indivíduos, os Estados membros e as ONGs podem se engajar com procedimentos especiais por meio de comunicações escritas delineando preocupações sobre violações de direitos humanos e solicitando investigação de tais violações e visitas ao país.



### Como as OSC podem se engajar com mecanismos e processos internacionais

- Engajar-se com os procedimentos especiais relevantes através da escrita de uma carta descrevendo as preocupações dos direitos humanos no país e solicitando investigação ou uma visita ao país.
- Fornecer comentários no processo nacional de desenvolvimento do relatório do governo para o processo de UPR.
- Desenvolver relatório dos intervenientes durante o processo UPR.
- Engajar-se com outros governos para levantar questões nas sessões do grupo de trabalho.
- Redigir um relatório sombra
- Usar as observações e recomendações finais dos órgãos de monitoramento dos tratados de direitos humanos e do Conselho de direitos humanos para defender as mudanças domésticas.
- As OSC podem apresentar uma queixa ao organismo do Tratado pertinente.



5

## Outros atores influentes

Muitos dos principais influenciadores em Moçambique são os decisores políticos e os legisladores. Alguns desses influenciadores-chave incluem os deputados e os ministros. Além disso, para mudar a opinião pública e os costumes sociais, também há pessoas influentes em outros sectores. Estes sectores são identificados a seguir.

## Líderes Governamentais Aposentados

Ex Presidentes de Moçambique, ex líderes e ex governantes que ainda são influentes na sociedade<sup>77</sup>.

## Líderes da Fé

Há um número de líderes religiosos influentes. Incluem o Conselho Cristão de Moçambique, os Anglicanos, Bispos Católicos, os protestantes<sup>78</sup>, a comunidade de Mahometana, o Conselho islâmico, a comunidade Hindu e as religiões tradicionais<sup>79</sup>, entre outras.

## Mídia

Há dois meios primários e relevantes: a imprensa escrita e a comunicação social audiovisual. A imprensa escrita relevante inclui o *jornal Notícias*, um jornal diário, de propriedade estatal; *Savana*, uma publicação semanal; *Jornal o país*, diário de Moçambique, que é publicado e circulado na cidade capital da província de Sofala; *Magazine Independente*; *Canal de Moçambique*, entre outros. Relevantes jornais electrónicos incluem *Mediafax*, *Verdade On Line*, *Wamphula Fax*, *Correio da Manhã*, *O Autarca*, entre outros.

## Líderes de ONGs

Os líderes das ONGs relacionadas ao HIV podem desempenhar um papel/ importante e influenciar na opinião pública, na consciencialização e na mudança na atitude da Comunidade. Líderes de ONG's como a WLSA, MULEIDE, AMMCJ, AMJ, ROSC, PLASOC-M, MONASO, RENSIDA, ARISO, REENCONTRO, LAMBDA, REDE HOPEM, KUYAKANA, UNGAGODOLI, etc.

## Acadêmicos eminentes

A Universidade *Eduardo Mondlane*, uma universidade pública, é a principal incubadora de académicos eminentes, em particular no campo das ciências sociais, direito e economia. A universidade privada, Universidade a Politécnica, também é relevante, o ISCTEM, a USTM entre outras. As OSC's podem colaborar com a Academia usando os resultados da pesquisa para trabalhos de advocacia.

---

77 <http://www.fjchissano.org.mz>

78 <http://www.acn.org.br/RLRM-2014/pdf/Moçambique.pdf>

79 <https://www.sttae.gov/documents/organization/132927.pdf>

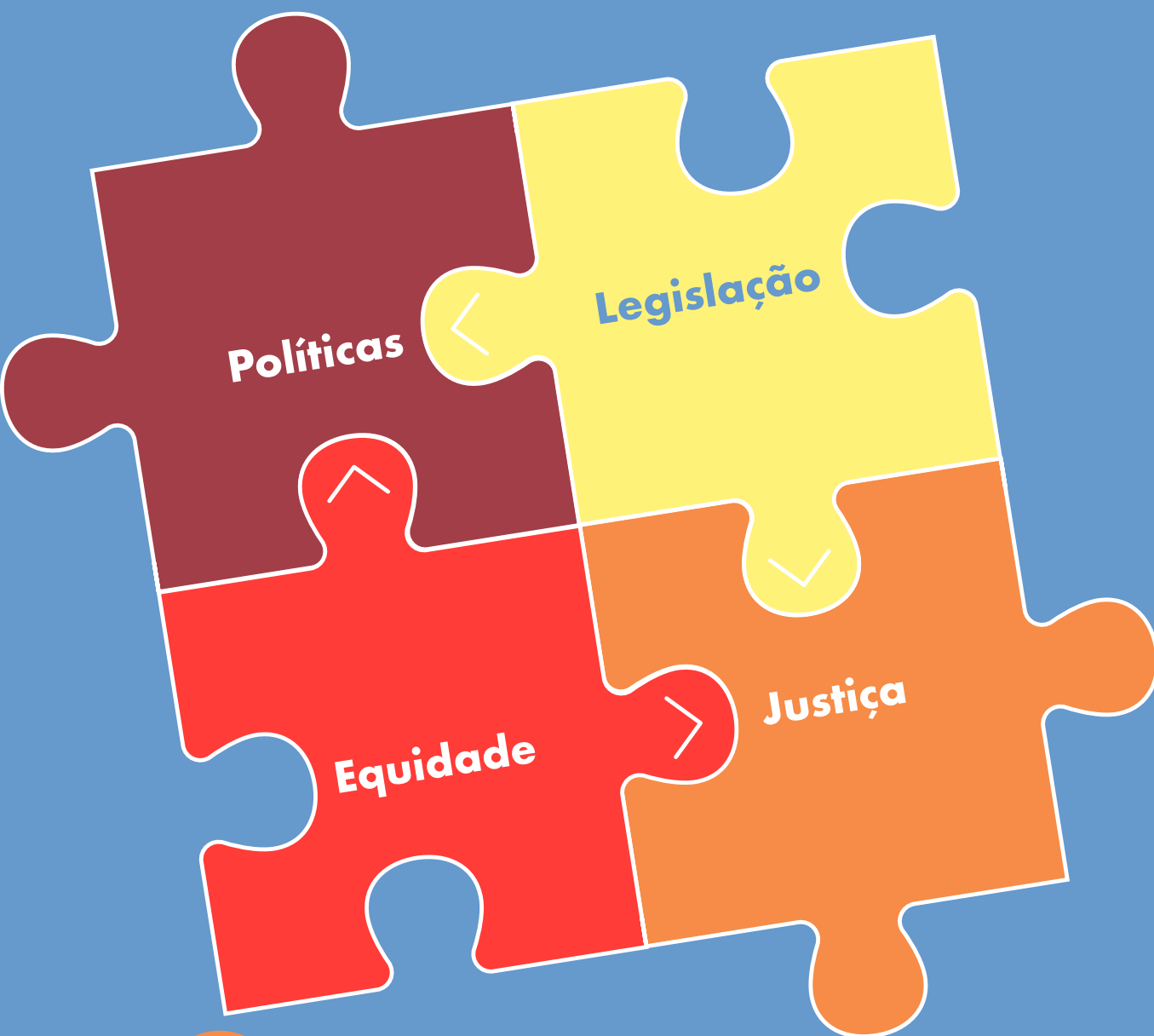
## Sindicatos

Desde a introdução da democracia em Moçambique em 1990, surgiram várias uniões sindicais. No entanto, eles ainda são influentes em particular na elaboração de políticas. As principais uniões sindicais incluem a organização dos trabalhadores de Moçambique (OTM-CS) ou a Federação Nacional de sindicatos livres e independentes de Moçambique (CONSILMO). Tantas outras coligações podem também ser consideradas.

## Líderes tradicionais

Em Moçambique, o papel dos dirigentes tradicionais é muito importante, em particular nas zonas rurais, onde têm de ser consultados para todas as actividades e eventos na sua comunidade. Sem aquiescência do líder tradicional nem mesmo as campanhas de saúde podem ser executadas.





6

## Leis e políticas relevantes

Esta é uma pequena lista das leis e políticas relevantes relacionadas com o HIV. Não pretende ser abrangente e deve ser actualizada para incluir leis e políticas que não foram incluídas.

- Constituição com as emendas da lei 1/2018 de 12 de Julho
- Lei da família (n.º 10/2004, de 25 de Agosto)
- Direito do trabalho (n.º 23/2007, de 1 de Agosto)
- Código penal (aprovado pela lei n.º 35/2014, de 31 de Dezembro)
- Lei dos funcionários públicos (Lei n.º 10/2017, de 1 de Agosto)
- Lei de prevenção e combate ao tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças (n.º 6/2008, de 9 de Julho)
- Lei sobre a violência doméstica praticada contra as mulheres (n.º 29/2009, de 29 de Setembro)
- Lei que protege pessoas, trabalhadores e candidatos a emprego com HIV e SIDA (n.º 19/2014, de 27 de Agosto)<sup>80</sup>
- Lei sobre a promoção e a protecção das crianças (n.º 7/2008, de 9 de Julho)
- Regulamentos sobre as provisões técnicas para a acessibilidade reforçada por cidadãos com deficiências físicas e/ou mobilidade prejudicada a edifícios e áreas públicas, aprovados pelo Decreto n.º 58/2008, de 30 de Dezembro
- Promoção e protecção dos direitos das pessoas idosas (n.º 3/2014, de 1 de Fevereiro)

---

80 Disponível em [http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/NovaLeiHIV\\_SIDA.pdf](http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/NovaLeiHIV_SIDA.pdf)



7

## Principais recomendações para abordar lacunas no ambiente legal e de políticas



Há uma série de desafios legais e em relação a legislação, às políticas e ao acesso aos serviços enfrentados pelas pessoas que vivem com o HIV e populações chave em Moçambique. Estes incluem a não ratificação de alguns Tratados Internacionais, a não regulamentação da Lei de HIV e SIDA, aos elevados níveis de estigma e discriminação ainda existentes na família, na sociedade, no trabalho, nas unidades sanitárias. O estigma pode se tornar intenso, para grupos específicos tais como o de pessoas vivendo com HIV, populações chave (homens que

fazem sexo com homens, transexuais, profissionais do sexo, prisioneiros, usuários de drogas, refugiados, mulheres, crianças, pessoas com deficiências, populações deslocadas e migrantes.

Existem também desafios legais em termos de implementação de leis e sua monitoria. Apesar da existência de uma nova lei específica ao HIV e SIDA muitos provedores de serviços e beneficiários desconhecem a sua existência e consequentemente a sua implementação torna-se limitada. Dificultando por conseguinte, o cumprimento das obrigações de direitos humanos. O desconhecimento da Lei também é notório para os beneficiários, em relação à realização dos seus direitos consagrados na lei, especialmente no que diz respeito aos direitos dos grupos mais vulneráveis a infecção e expostos ao risco.

Dessa forma poucos beneficiam dos benefícios que poderiam tirar da Lei. A existência de uma Lei de HIV e SIDA não tem contribuído para estancar situações de estigma e discriminação. O acesso aos serviços jurídicos torna-se complexo, por desconhecimento dos mesmos pelas populações vulneráveis por um lado e por outro pela incapacidade de custear os mesmos. Outros desafios associados a estes grupos alvo, para além do acesso limitado à justiça, o acesso limitado aos serviços de saúde. A falta de confidencialidade, sigilo médico, maus tratos, discriminação e estigma afastam os grupos alvo aos serviços de prevenção, tratamento e cuidados de HIV.

A Avaliação de ambiente Jurídico identificou as seguintes áreas relevantes e traçou as seguintes recomendações:

## Tratados Internacionais de HIV e SIDA e Saúde

Há uma série de tratados internacionais e regionais que Moçambique ainda tem de ratificar, nomeadamente:

Tratados	Data da ratificação / adesão
Pacto Internacional sobre direitos económicos, sociais e culturais	Não ratificado
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os direitos económicos, sociais e culturais	Não ratificado
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os direitos da criança	Não ratificado
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os direitos civis e políticos	Não ratificado

- O País deve envidar esforços para a ratificação dos Tratados Internacionais sobretudo aqueles que afectam directamente grupos vulneráveis a infecção e ao risco de contaminação pelo HIV e SIDA.
- Adicionalmente, existe uma necessidade de alavancar a resposta nacional a epidemia do HIV e SIDA, em países como Moçambique tidos como críticos (4ª Epidemia mais crítica de acordo com os dados da OMS), tomando como base as oportunidades asseguradas pela plataforma dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável 2015-2030, a Declaração Política de Alto Nível das Nações Unidas sobre o HIV/SIDA de 2016, a Visão Africana, a estratégia Global de Prevenção, a Parceria Global de Acção para Eliminar Todas as Formas de Estigma e Discriminação Relacionada ao HIV.
- Intensificar os esforços de prevenção do HIV pelo engajamento da liderança nacional de modo a se atingirem os compromissos de acabar com a epidemia de SIDA até 2030 em países com números elevados de novas infecções em adolescentes.
- Colocar programas de Direitos humanos como parte essencial na resposta nacional ao HIV e SIDA como fundamentais sobretudo para (i) eliminar as barreiras estruturais e políticas ao acesso a serviços por parte dos grupos mais vulneráveis e com maior risco de infecção, incluindo adolescentes, mulheres, jovens dentro ou fora da escola e as populações-chave, (ii) reduzir o estigma e a discriminação e (iii) garantir acesso aos serviços básicos garantindo assim a realização progressiva dos seus direitos humanos.
- No quadro de uma resposta nacional financiada e de mobilização de recursos, garantir que recursos sejam alocados a intervenções de Direitos Humanos e HIV e SIDA, com base em planos concretos para investimentos adequados e sustentáveis.
- Introduzir as mudanças legais e nas políticas necessárias para criar um ambiente favorável e para eliminar as grandes barreiras aos programas de prevenção, cuidados e tratamento aos grupos mais vulneráveis e expostos ao risco.

## **Resposta Multisectorial e Reforço das Intervenções de HIV e SIDA**

- Ao nível nacional, promover uma maior coordenação e colaboração entre os intervenientes do ODS 3 (da saúde) e os do ODS 16 (do sector de justiça. Implementadores e Fazedores da Lei) com objectivos de gerar impacto nos grupos prioritários nos contextos de forte seroprevalência e das populações-chave para que tenham acesso à prevenção, cuidados e tratamento que se reflita na redução dos níveis de infecção.
- Fortalecer a colaboração com as redes nacionais, regionais e mundiais da sociedade civil e dos grupos de activistas, intensificando as respostas de Direitos Humanos e HIV ao nível comunitário e tornando-as sustentáveis e resilientes.
- Desenvolver ou rever metas nacionais e roteiros com base em metas globalmente definidas. Adaptar e desenvolver os pacotes de programas, assim como procedimentos operacionais, incluindo programas e actividades nacionais e subnacionais.
- Desenvolver capacidade para implementar intervenções de Direitos Humanos e HIV com base na ferramenta dos 7 Programas Chave de HIV e Direitos Humanos.
- Empenhar o País em planos concretos para implementação deste tipo de intervenções (7 Programas Chave de HIV e Direitos Humanos) no âmbito da resposta nacional e

estabelecer, reforçar e melhorar os sistemas de monitoria de rotina que permitem captar indicadores de Direitos Humanos e HIV e SIDA.

- Identificar lacunas e desenvolver um pedido consolidado para apoio internacional nos casos em a perícia no país estiver em falta.

## Legislação Nacional

- Incorporar na produção, elaboração de legislação nacional padrões de direitos humanos contribuindo para criar um ambiente favorável de observação e respeito dos direitos humanos.
- Alinhar os novos instrumentos jurídicos (a legislação de HIV e SIDA e outra relacionada) padrões de Direitos Humanos mecanismos de protecção plasmados na Constituição da República de Moçambique.
- Promover uma maior divulgação das Leis aprovadas que contribuem para aumentar o acesso aos serviços de prevenção, tratamento e cuidados.
- Revisão Pontual e Regulamentação da Lei n.º 19/2014, 27 de Agosto – Lei de Protecção da Pessoa, do Trabalhador e do Candidato a Emprego Vivendo com HIV e SIDA para melhor esclarecimento de algumas disposições tais como Criminalização (, Populações Chave, Confidencialidade, Testagem Obrigatória, Protecção social / segurança

<p><b>Lei n.º 19/2014, de 27 de Agosto – Lei dos de Protecção da Pessoa, do Trabalhador e do Candidato a Emprego Vivendo com HIV e SIDA</b></p>	<p>O Legislador aprovou aprovou-a como Lei Geral dos Direitos Humanos das pessoas vivendo com HIV, tendo o mérito de consolidar num único instrumento legislativo todos os aspectos jurídicos relativos à pandemia. No entanto, importa tecer as seguintes considerações iniciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Este diploma legal deve ser tido como uma lei-quadro que deve ser complementada por regulamentos específicos sobre determinadas matérias nela previstas. A título meramente exemplificativo, pode destacar-se o facto de a lei reconhecer direito à assistência social à pessoa vivendo com HIV, porém, já não estabelece de forma clara a responsabilidade institucional, bem como os procedimentos de acesso a esse apoio social. Por isso que é recomendável que a lei seja complementada por Regulamentos Específicos de Aplicação.</li> <li>• No Domínio das relações de trabalho obrigatoriedade ou não de implementar Programas de HIV no local de Trabalho. Verifica-se uma contradição entre a Lei n.º 19/2014, de 27 de Agosto com a Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto, na medida em que nos termos deste diploma legal, não é obrigatório para o empregador a implementação de políticas e programas de HIV e SIDA no local de trabalho, quando nos termos daquele diploma específico regulatório dos direitos e deveres das pessoas vivendo com HIV, o empregador é obrigado a implementar programas de HIV e SIDA no local do trabalho. Há que harmonizar as leis.</li> <li>• Testagem do HIV. Em que casos, contextos e cenários a testagem se torna obrigatória esta matéria é importante e deveria constar da lei. A Lei deveria proibir formalmente esta prática.</li> </ul>
---	---

## **Estigma e Discriminação**

- Divulgar as principais recomendações do Estudo de Estigma I
- Realizar de forma permanente estudos, pesquisas que permitam verificar e apurar os níveis de estigma na sociedade. Isto passa por actualizar o Estudo do Estigma em cada 5 anos realizando um Estudo de Estigma II; implementar estudos de Estigma para grupos populacionais específicos: Populações chave
- Implementar estudos de Estigma para ambientes específicos: nas unidades sanitárias, no local de trabalho
- Desenvolver programas e estratégias que contribuam para combater o duplo estigma associado ao HIV e a TB
- Desenvolver programas e estratégias que contribuam para combater o estigma, a discriminação, as leis punitivas e a falta de protecção social que aumenta o risco de HIV, com destaque para as jovens trabalhadoras de sexo, mulheres jovens trans-sexuais, jovens emigrantes e mulheres jovens consumidoras de drogas.
- No processo de revisão legal identificar toda a legislação que possa conter qualquer dispositivo de estigma e submeter para emenda.

## **Relação Violência Baseada no Género e HIV e SIDA**

- Aplicar a Legislação que pune os perpetradores de crimes de violação sexual com agravante daquela que termina com transmissão consciente do HIV e SIDA a meninas e mulheres jovens.
- Apoiar planos, estratégias, intervenções conjuntas entre a saúde e a justiça que oferecem mecanismos robustos de pesquisa, rastreio, que permitem punir perpetradores de violência contra mulheres e meninas (profilaxia pre e pós exposição, protecção aos sobreviventes e as vítimas, etc)
- Divulgar a legislação sobre os casamentos prematuros recentemente aprovada e que contribua para estancar a gravidez precoce na adolescência. O casamento prematuro anda intimamente ligado a uma grande exposição à violência doméstica e à exploração sexual comercial
- Massificar os direitos e da saúde sexual reprodutiva no Protocolo de Maputo e no Plano de Acção e da alocação de condições que garantam que os direitos da mulher tenham acesso aos serviços e que vivam livres da violência e da discriminação
- Fortalecer a implementação do compromisso ministerial de 2013 em Moçambique sobre a educação sexual abrangente e os direitos da saúde sexual reprodutiva contribuindo para fortalecer a prevenção, reduzir novas infecções de HIV e empoderar a mulher jovem e a rapariga adolescente;
- empoderamento de raparigas adolescentes e populações-chave em risco de modo a que estas se possam proteger e fiquem livres da infecção

## **Outras Leis relevantes com impacto no combate ao HIV e SIDA e na protecção aos grupos vulneráveis a Infecção**

<b>Lei n.º 10/2004, de 24 de Agosto – Lei da Família</b>	<p>A Lei de Família deveria adoptar dispositivos anti-estigma e discriminação. A Família é a célula base da sociedade que sofre em primeira linha o impacto de HIV E SIDA, tanto as relações conjugais das quais decorrem os deveres de assistência, como também os efeitos da elevada orfandade infantil em Moçambique. A família joga um papel importante nos cuidados e apoio das pessoas doentes. Considerando estes elementos, seria oportuno que a legislação da família acolhesse os princípios relativos à proibição de discriminação das pessoas vivendo com HIV E SIDA no seio da família, bem como a regulação de direitos e deveres em relação aos membros infectados ou afectados pelo HIV.</p>
<b>Lei n.º 3/97, de 13 de Setembro – Lei sobre tráfico e consumo de Drogas</b>	<p>Fornecimentos de serviços de saúde ao grupo alvo de usuários de droga. Algumas disposições desta Lei devem ser compatibilizadas com as recomendações internacionais em matéria de resposta à pandemia de HIV E SIDA, porquanto, na sua actual redacção ela incrimina actividades como a distribuição de seringas para os consumidores de drogas injectáveis, de modo a evitar-se a partilha de instrumentos de consumo infectados. Esta necessidade é imposta pela Política e Estratégia de Prevenção e Combate à Droga, aprovada pela Resolução n.º 15/2003, de 14 de Maio, do Conselho de Ministros, segundo a qual se deve estudar continuamente formas de assegurar que os consumidores estejam protegidos da contaminação do HIV e SIDA, DTS, TB e outras doenças.</p>

<p><b>Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto – Lei do Trabalho</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O legislador deve melhorar o regime dos testes médicos para dar-lhe maior precisão, pelo facto de a actual redacção ser ambígua</li> <li>• Deve introduzir um regime referente ao princípio de acomodação razoável aos portadores de HIV quando o seu estado de saúde assim implicar</li> <li>• Deve introduzir a obrigatoriedade de as empresas disporem de políticas de HIV no local de trabalho</li> <li>• Regulação rigorosa da privacidade do trabalhador quando acede a programas de apoio, cuidados e tratamento fornecido pelo empregador</li> <li>• Deve regular os benefícios que as empresas têm quando implementam programas de HIV no local de trabalho através dos quais apoiam os trabalhadores. Tais benefícios podem ser associados à Lei n.º 4/94, de 13 de Setembro – Lei de Mecenato, a qual concede benefícios fiscais a empresas em implementam programas sociais nas áreas de saúde e educação</li> <li>• É necessário aprovar uma Política Nacional de HIV no local de trabalho, pois apesar de o País dispor de legislação aplicável nas relações de trabalho, não dispõe dum instrumento de política pública orientadora e que acolhe a Recomendação n.º 200 da OIT, o Código de Boas Práticas sobre HIV E SIDA e o Mundo de Trabalho, o Código da SADC sobre HIV E SIDA e Emprego.</li> </ul>
<p><b>Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro- Lei da Violência Doméstica.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei da Violência Doméstica. Incrimina a infecção dolosa de HIV nas relações de intimidade.</li> </ul>

## **Crianças, Adolescentes e Jovens**

- Promulgar e divulgar Legislação que permitem o acesso das crianças a herança, tutoria, famílias substitutas, acesso a documentação, registo de nascimento, serviços essenciais básicos no caso que tenham perdido seus pais como resultado do HIV e SIDA assegurando que seus direitos sejam protegidos.
- Sensibilizar autoridades locais, nos casos em que o Direito formal não ‘é compatível com o consuetudinário e normas tradicionais discriminatórias para garantir justiça aos órfãos.
- Combater toda e qualquer forma de estigma e discriminação contra crianças tornadas órfãs pelo HIV e SIDA.



- Com base na atual Lei de HIV e SIDA suportado por via de um Regulamento fortalecer serviços de prevenção amigos dos adolescentes e jovens para assegurar que a testagem, o consentimento informado, tratamento, acesso a preservativos é feito observado os requisitos estabelecidos na Lei com relação a idade de consentimento.

## **População Reclusa**

- Revisão da Legislação Penal para estar em consistência com recomendações internacionais sobre HIV e SIDA nas Prisões
- Adoção de política nacional sobre HIV e SIDA nas prisões
- Sensibilização das autoridades judiciais para levar em conta que o congestionamento das prisões coloca presos em risco de infecção ou contaminação de doenças que podem ser reduzidas por adoção de medidas alternativas à prisão
- Regularização da educação e acesso a informações relacionadas ao HIV e SIDA nas prisões garantindo que as pessoas reclusas tenham acesso a insumos de prevenção.

## **Populações Chave Jovens**

- De forma a assegurar uma melhor intervenção aprofundar as informações, dados sobre a população chave jovem para melhor orientar as políticas e estratégias
- De forma a aumentar o acesso ao tratamento, prevenção e cuidados elaborar legislação coerente com a CRM e respeitante dos direitos humanos proibindo toda a forma de violência (verbal, física, etc) contra as populações chave
- Reforçar a implementação de ferramentas como a Directriz de populações chave que permite combater todas as formas de estigma e discriminação contra as populações chave
- Desencorajar toda a legislação e assistência médica que tende a forçar a testagem compulsiva neste grupo alvo
- Desencorajar toda a perseguição policial, a extorsão as populações chave com particular incidência para as trabalhadoras de sexo
- Respeitar as Leis civis e religiosas e as garantias à vida privada.

## **Capacitação dos Fazedores da Lei e dos Implementadores da Lei legisladores**

- A abordagem nacional de Direitos humanos e HIV e SIDA deve prever a implementação de intervenções com objectivo de informar, capacitar e sensibilizar os legisladores (parlamentares), que fazem as leis e aqueles que as aplicam (Ministérios do Interior e da Justiça, Polícia, Procuradores, Juízes, Advogados, líderes tradicionais e religiosos) sobre o papel importante da Legislação na resposta ao HIV, por exemplo, para proteger as pessoas afectadas pelo HIV contra a discriminação e a violência e fortalecer o acesso a prevenção, tratamento, cuidados e apoio psicossocial.

## **Capacitação de profissionais de saúde em direitos humanos e ética médica relacionada ao HIV**

- Assegurar que os profissionais de saúde conheçam os seus próprios direitos humanos à saúde (prevenção e tratamento do HIV, precauções universais);
- Reduzir as atitudes estigmatizantes nos ambientes hospitalares e de cuidados médicos e proporcionar aos profissionais de saúde as competências e as ferramentas necessárias para garantir o direito dos doentes ao consentimento informado, à confidencialidade e ao tratamento incluindo a não-discriminação.

## **Serviços jurídicos relacionados com o HIV**

- Os serviços jurídicos relacionados com o HIV facilitam o acesso à justiça e a compensação nos casos de discriminação relacionados com o HIV ou outros assuntos legais. Estes podem incluir: planeamento de heranças; violação de privacidade e confidencialidade; acção ilegal da polícia; discriminação nos locais de trabalho, nas instituições educacionais, para alojamento ou nos serviços sociais; e recusa de direitos de propriedade ou herança.
- Formas alternativas/comunitárias de resolução de disputas
- Maior engajamento com o Provedor de Justiça e das Instituições de Direitos Humanos.

## **Legislação e Acesso ao Tratamento**

- Implementar as Flexibilidades do TRIPS, tirando proveito das flexibilidades oferecidas para Países pobres e contribuindo para aumentar o acesso ao tratamento de todos e fazendo cumprir o Direito Universal a Saúde.
- Com base no uso das flexibilidades do TIPS aumentar o número de crianças, adolescentes e mulheres portadores de HIV com acesso ao tratamento.
- Fortalecer um grupo de trabalho permanente que incluam os principais atores do governo (MISAU, MIC, IPI), do sector privado e das Nações Unidas nesta temática (OMS, PNUD, ONUSIDA).







8

## Potenciais oportunidades

## Igualdade de género

Em Moçambique verifica-se a existência de legislação e práticas culturais que discriminam as mulheres. A actual revisão do código de processo penal, lei da família e a lei sucessória contribuíram para reduzir essas desigualdades. Moçambique deve continuar a usar a Legislação que contribui para proteger as raparigas e mulheres contra toda a forma de violência a contaminação pelo HIV e SIDA incluindo em momentos de conflito militar e de emergência. Tomar medidas severas contra a violação ao perpetrados nos casos de violência cometida pelo parceiro íntimo, mover acções contra perpetradores, proibir medidas que culminem com o aborto forçado as mulheres portadoras do HIV e SIDA, bem como outras formas de violência contra mulheres nas unidades sanitárias.

### Reforma Legal

As OSC's podem trabalhar com os membros da assembleia para alterar as leis que discriminam as mulheres, incluindo a Lei de sucessão e de Herança.

### Engajamento com Ministérios Relevantes

As OSC's podem trabalhar com ministérios relevantes para elaborar projectos de lei que visem alterar as leis discriminando as mulheres e as populações chave.

### Engajamento com Líderes Tradicionais

As OSC's podem contribuir para combater práticas consuetudinárias e práticas culturais prejudiciais que discriminam as mulheres, como as viúvas que são deixadas sem direitos à herança, e o casamento precoce e a poligamia em contextos de HIV e SIDA.

## Acesso aos Serviços de Saúde

Há um acesso limitado aos serviços de saúde e a alocação orçamentária para a saúde é deficitária. Por exemplo, o governo aloca menos de 15% do seu orçamento para a saúde, conforme exigido pela declaração de Abuja sobre HIV/AIDS, tuberculose e outras doenças infecciosas relacionadas. Além disso, continua a haver um acesso limitado ao tratamento do HIV nas zonas rurais e a uma baixa taxa de acesso das mulheres aos serviços de planeamento familiar. O estigma e a discriminação estão também presentes nas unidades sanitárias afastando as pessoas da prevenção, cuidados e tratamento.

### Engajamento com Ministérios Relevantes

As OSC's podem trabalhar com os ministérios relevantes para aumentar a alocação orçamentária para a saúde e aumentar o acesso das mulheres aos serviços de planeamento familiar e ao tratamento do HIV para todas as pessoas.

## Acesso à Justiça

Em geral existe um desconhecimento generalizado sobre assuntos de legislação no País na população em geral, tornando-se ainda pior quando se trata de PLHIV e populações chave.

Há um acesso limitado aos serviços de justiça por parte das populações pobres o que limita o acesso à justiça. As OSC's podem contribuir grandemente com estes serviços que podem incluir: Informação e encaminhamento legal; Assessoria e representação legal; Formas alternativas/comunitárias de resolução de disputas; litigação estratégica e envolvimento

de líderes religiosos ou tradicionais e sistemas legais tradicionais (por ex., tribunais de aldeia) para resolver disputas e alterar normas tradicionais nocivas.

### **Engajamento com o Ministério Público e o Procurador Geral**

As OSC's podem trabalhar com o Ministério Público para entenderem os procedimentos de orientação penal ao responder a queixas relacionadas ao HIV, PLHIV, Populações chave, à violência contra as mulheres.

### **Engajamento com praticantes legais**

As OSC's podem realizar workshops para sensibilizar profissionais da justiça sobre questões relacionadas com o HIV e violência baseada de género. Podem igualmente trabalhar no fornecimento de aconselhamento, assistência jurídica as PLHIV, populações chave e outros que tenham sido vítimas de estigma e discriminação.

### **Engajamento com líderes tradicionais**

As OSC's podem trabalhar com líderes tradicionais para sua sensibilização sobre questões relacionadas com o HIV, violência baseada de género.



# Apenices

## Apêndice A: Orientações para a apresentação de queixas à Comissão Africana<sup>81</sup>

- a. Queixoso (s) (por favor, indique se você está agindo em seu nome ou em nome de outra pessoa. Indique também em sua comunicação se você é uma ONG e se você deseja permanecer anónimo).

Nome.....

Idade.....

Nacionalidade.....

Ocupação e/ou profissão.....

Endereço.....

Telefone/fax não.....

- b. Governo acusado de violação (por favor, certifique-se que é um Estado parte da Carta Africana).
- c. Factos que constituem alegada violação (explique em tanto um detalhe factual quanto possível o que aconteceu, especificando o local, hora e datas da violação).
- d. Urgência do caso (é um caso que pode resultar em perda de vida/vidas ou danos corporais graves se não for tratada imediatamente? Indicar a natureza do processo e por que razão pensa que merece uma acção imediata da Comissão).
- e. Disposições da carta alegada ter sido violado (se você não tiver certeza dos artigos específicos, por favor, não mencione nenhum).
- f. Nomes e títulos das autoridades governamentais que cometeram a violação (se for uma instituição governamental, por favor, dê o nome da instituição, bem como o da gestão).
- g. Testemunha da violação (inclua endereços e, se possível, números de telefone de testemunhas).
- h. Provas documentais da violação (anexar, por exemplo, cartas, documentos legais, fotos, autópsias, gravações de fitas, etc., para mostrar a prova da violação).
- i. Recursos legais domésticos perseguidos (também indicar, por exemplo, os tribunais que você foi, anexar cópias de julgamentos judiciais, mandados de habeas corpus etc).
- j. Outras formas internacionais (por favor, indique se o caso já foi decidido ou está sendo ouvido por algum outro organismo internacional de direitos humanos; especificar este corpo e indicar a fase em que o caso atingiu).

---

81 Adaptado da Comissão Africana dos Direitos dos Povos. Folha de Informação n.2. Ficha para a submissão de Comunicações. Organização da Unidade Africana.

## Apêndice B: Cronograma de Eventos Importantes

Abril	Sessão da Comissão Africana
Outubro / Novembro	Sessão da Comissão Africana
Março / Novembro	Sessões ordinárias do Parlamento
Março	Abertura do exercício judicial
Dezembro	Estado de Nação pelo Presidente
Outubro	Relatório do Provedor de Justiça
Março	Relatório do Procurador-Geral









United Nations Development Programme  
Mozambique Country Office  
Kenneth Kaunda Av, N. 931, Maputo

Phone: +258 21 481 400  
E-mail: [registry.mz@undp.org](mailto:registry.mz@undp.org)  
Website: <https://www.mz.undp.org/>